

MESTRADO
ECONOMIA

O percurso dos diplomados da Universidade do Porto (2013/2014)

Inesa Volodymyrivna Pasichnyk

M

2018





O percurso dos diplomados da Universidade do Porto (2013/2014)

Inesa Volodymyrivna Pasichnyk



Dissertação

Mestrado em Economia



Orientado por

Maria do Pilar González

Luís Delfim Santos



2018

Resumo

Este estudo foca-se na empregabilidade e na acumulação de capital humano dos graduados no ensino superior, distinguindo dois grupos de diplomados de acordo com a sua situação perante o mercado de trabalho: ativos e inativos. O principal objetivo deste trabalho é estudar os fatores que influenciam a decisão de atividade ou de inatividade dos diplomados da Universidade do Porto, com base em informação recolhida decorridos dois anos sobre a conclusão da Licenciatura ou do Mestrado. Para tal são utilizados os resultados do Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da Universidade do Porto, realizado aos graduados do ano letivo 2013/2014. A metodologia utilizada consistiu na estimação de modelos *probit*, nos quais a variável dependente é a probabilidade de um dado indivíduo ser ativo por contraposição a ser estudante e as variáveis explicativas são variáveis sociodemográficas e variáveis associadas ao percurso académico.

O principal resultado obtido é o de que indivíduos com classificações finais mais baixas têm uma maior probabilidade de ingressar no mercado de trabalho, o que pode ser motivado pelo facto de os alunos com classificações finais mais elevadas terem maior propensão para prosseguir os estudos e obter bolsas para a frequência de ciclos de estudos mais avançados. Outro resultado obtido mostra que graduados mais jovens têm uma maior probabilidade de se tornarem ativos. Por fim, os indivíduos do sexo masculino têm maior probabilidade de ser ativos do que os indivíduos do sexo feminino sendo, neste caso, a evidência menos robusta. Através das respostas dos diplomados aos inquéritos é ainda possível concluir que o domínio de línguas estrangeiras e algumas *soft-skills* relacionadas com o trabalho em equipa são competências relevantes para o desempenho da sua atividade que não estão, na opinião dos inquiridos, suficientemente contempladas nos currículos académicos.

Palavras-chave: bolseiro de investigação, capital humano, desemprego, empregabilidade, ensino superior, estagiário, estudante, mercado de trabalho.

Códigos JEL: I26; J01

Abstract

This study focuses on college graduates' employability and human capital accumulation, distinguishing two groups of individuals according to their labour market situation: active and inactive. Using survey data, the main goal of the analysis is to determine which factors explain the decision of entering the workforce by the University of Porto's 2014's Masters and Bachelor graduates, two years after their graduation. The econometric approach was based on *probit* models, where the dependent variable was a dummy variable that assumed the value of 1 for individuals who joined the workforce and 0 for the ones who did not. The explanatory variables were either sociodemographic variables or variables related with the graduates' academic records.

The main finding is that individuals with lower final grades have a higher propensity of joining the workforce. This can be explained by the decision of students with higher grades of proceeding to a Masters or to a PhD, as well as by their higher likelihood of getting scholarships. Younger graduates and male graduates are also found to be more likely to join the workforce. However, the evidence for the gender differences is only marginal. At last, the survey data allowed to conclude that a high percentage of the individuals mentioned that more time should be devoted to the development of soft-skills and teamwork-related skills in college, since they are among the most important ones for their professional activities, not being sufficiently stimulated at the University.

Keywords: employability, higher education, human capital, internship, labour market, scholarship, student, unemployment.

JEL Codes: I26; J01

Índice

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Índice	iii
Índice de tabelas	iv
Índice de figuras	vi
1 – Introdução	1
2 - Revisão de literatura	3
3 – Dados.....	16
4 – Metodologia.....	18
5 – Estatística descritiva	20
5.1 - Caracterização da amostra.....	20
5.2 - Graduados que se encontram a trabalhar	33
5.3 - Graduados que se encontram a estagiar.....	37
5.4 - Graduados que se encontram desempregados.....	40
5.5 - Bolseiros de investigação.....	44
5.6 - Estudantes	46
6 – Modelos explicativos da atividade/inatividade dos diplomados.....	49
7 - Conclusão.....	59
8 – Referências bibliográficas	62
Anexos.....	65

Índice de tabelas

Tabela 1 – Percentagem das respostas por grau académico na amostra e no universo -----	20
Tabela 2 – Distribuição dos graduados pelas 14 UO da UP -----	21
Tabela 3 – Distribuição dos graduados segundo o grau académico e a UO -----	22
Tabela 4 – Diferença entre o tempo médio (em anos) para obtenção de um determinado grau académico e o tempo de referência (em anos) por UO -----	23
Tabela 5 – Género dos graduado por tipo de curso -----	24
Tabela 6 – Idade dos graduados aquando do preenchimento do inquérito por tipo de curso -----	25
Tabela 7 – Classificação final do curso dos inquiridos -----	26
Tabela 8 – Média das classificações finais conforme o grau académico obtido pelos graduados em cada UO -----	27
Tabela 9 – Número de graduados por componente do inquérito -----	28
Tabela 10 – Número de graduados que se encontram em uma ou duas componentes do inquérito -----	28
Tabela 11 – Distribuição do género dos graduados por componente do inquérito -----	29
Tabela 12 – Distribuição dos graduados por componente do inquérito e idade -----	29
Tabela 13 – Percentagem de graduados de cada componente do inquérito por UO -----	31
Tabela 14 – Média das classificações finais dos graduados por grau académico em cada componente do inquérito -----	32
Tabela 15 – Remuneração média mensal líquida dos inquiridos que estão empregados ----	34
Tabela 16 – Remuneração média mensal líquida dos inquiridos que estão em estágio remunerado -----	38
Tabela 17 – Repartição dos estagiários com um determinado grau académico conforme o facto de serem remunerados ou não -----	38

Tabela 18 – Remuneração média mensal líquida dos inquiridos que estão em estágio remunerado de acordo com o seu grau académico -----	39
Tabela 19 – Informação relativa à remuneração e obrigatoriedade dos estágios -----	39
Tabela 20 – Número de empregos que os desempregados tiveram desde que terminaram o último curso na UP -----	41
Tabela 21 – Número de empregos que os desempregados tiveram desde que terminaram o último curso na UP de acordo com o seu grau académico -----	41
Tabela 22 – O âmbito da bolsa -----	44
Tabela 23 – O valor mensal da bolsa conforme o âmbito da bolsa -----	45
Tabela 24 – Distribuição dos estudantes pelas 14 UO da UP de acordo com o tipo de curso, no ano letivo 2015/2016 -----	48
Tabela 25 – Divisão da amostra entre graduados ativos e inativos -----	49
Tabela 26 – Distribuição dos graduado ativos e inativos por género -----	50
Tabela 27 – Distribuição dos graduados ativos e inativos por grupos etários -----	50
Tabela 28 – Distribuição das classificações finais médias por graduados ativos e inativos -----	51
Tabela 29 – Resultados obtidos para os mestres -----	55
Tabela 30 – Resultados obtidos para os licenciados -----	55
Tabela 31 – Resultados obtidos para os mestres por UO -----	56
Tabela 32 – Resultados obtidos para os licenciados por UO -----	57

Índice de figuras

Figura 1 – Distribuição dos graduados por género na amostra -----	24
Figura 2 – Distribuição do grau académico dos graduados por componente do inquérito -- -----	30
Figura 3 – Repartição do valor da classificação final pelas cinco componentes do inquérito -----	33
Figura 4 – Ações realizadas com o objetivo de obter o primeiro emprego -----	34
Figura 5 – Razões do término do vínculo laboral dos inquiridos empregados -----	35
Figura 6 – Fatores que influenciaram o acesso dos inquiridos ao emprego à data da realização do inquérito -----	36
Figura 7 – Competências que os empregados acrescentariam à formação obtida para torná- la mais adequada ao exercício da atividade profissional que desenvolvem -----	37
Figura 8 – Competências que os inquiridos acrescentariam à formação obtida para a tornar mais apropriada à atividade de estágio -----	40
Figura 9 – Diligências que os desempregados realizaram para encontrar emprego -----	42
Figura 10 – Motivos pelos quais os indivíduos não ficaram colocados nos potenciais empregos encontrados -----	43
Figura 11 – Razões para o termo do emprego anterior -----	44
Figura 12 – Competências que os bolseiros de investigação acrescentariam à formação obtida para torná-la mais apropriada à atividade de investigação -----	46
Figura 13 – Nível/Tipo de formação -----	46
Figura 14 – Distribuição dos graduados ativos e inativos por grau académico -----	51

1 – Introdução

A empregabilidade dos jovens detentores de um grau de ensino superior tem sido fonte de preocupação por parte de várias instituições de ensino e de decisores nas áreas de educação e do emprego em Portugal.

O investimento em educação tem repercussões, quer do ponto de vista social, quer individual: “Só a aposta na formação e qualificação permite aumentar o sucesso na entrada para a vida ativa, fazer crescer os níveis de empregabilidade e melhorar as condições de trabalho” (INFO: FSE, 2009, p. 2). O sistema de ensino superior português está associado a um grande investimento, quer por parte do Estado, quer por parte das famílias portuguesas, sendo de esperar que proporcione uma formação científica, técnica e humana de elevada qualidade e que forme profissionais devidamente qualificados e adequados às necessidades do mercado de trabalho.

Finalizado um determinado ciclo de estudos os graduados do ensino superior são confrontados com a escolha de entrar no mercado de trabalho ou de continuar a investir em capital humano. A análise das determinantes desta decisão é relevante pelo que se torna importante avaliar se a classificação final de curso, a área de estudo, o grau académico obtido e também os fatores sociodemográficos como a idade e o género afetam a probabilidade de os graduados do ensino superior serem ativos ou inativos (estudantes) face ao mercado de trabalho. Para além da sua relevância económica, este tipo de investigação também é importante para as universidades no sentido de lhes proporcionar informação adicional com potencial utilidade para avaliar as políticas de ensino superior e na tomada de decisões de gestão, como a definição do número de vagas a abrir em cada curso ou a abertura ou fecho de determinados cursos.

A literatura existente sobre a inserção dos graduados do ensino superior no mercado de trabalho e sobre os retornos da educação tem-se focado essencialmente nos salários e nas características do emprego. Deste modo, a presente análise poderá contribuir para o conhecimento desta questão por se focar concretamente noutros grupos de indivíduos que não apenas os que estão empregados. Este estudo pode também ser útil à Universidade do Porto (UP) por permitir um melhor conhecimento sobre as decisões dos seus graduados no que respeita a entrar ou não no mercado de trabalho.

O objetivo deste trabalho consiste em identificar a relação existente entre as características sociodemográficas e de capital humano dos graduados (licenciados e mestres) da UP e a decisão desses mesmos graduados em entrarem no mercado de trabalho ou permanecerem inativos (estudantes). Para tal, foram utilizados dados do Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da Universidade do Porto (IDUP) ao ano letivo de 2013/2014 (Anexo 1). O inquérito reúne informação sociodemográfica, de capital humano e informação específica sobre as diversas situações possíveis face ao mercado de trabalho em que se podem encontrar os diplomados.

O presente relatório está estruturado em sete secções das quais a primeira é esta Introdução. Na secção 2 é apresentada a revisão de literatura, discutindo-se os fatores que levam os indivíduos a matricular-se no ensino superior, as perceções dos estudantes sobre os efeitos do Processo de Bolonha na empregabilidade e também são discutidas as competências necessárias para o mercado de trabalho. Na secção 3 é feita explicação da implementação do inquérito utilizado para obtenção de dados que suportam este estudo, bem como da informação nele contida. A secção 4 descreve a metodologia utilizada neste estudo. Na secção 5 é apresentada a análise estatística descritiva dos diversos grupos identificados no inquérito: empregados, estagiários, desempregados, bolseiros de investigação e estudantes. Na secção 6 são apresentados os resultados de estimação dos modelos *probit* utilizados e na secção 7 as conclusões e as considerações finais da dissertação.

2 - Revisão de literatura

A educação superior é um meio de melhorar as condições de acesso e de remuneração no mercado de trabalho por parte dos indivíduos, levando-os a fazerem investimentos na sua obtenção. É também uma área de forte investimento por parte dos governos, dado que a educação é um fator determinante do desenvolvimento económico. A crescente relevância económica do tópico da empregabilidade associado ao crescimento da população com este nível de ensino leva a que este tenha sido investigado por diversos autores ao longo das últimas décadas. Um maior nível de educação é frequentemente associado a uma maior remuneração e a melhores condições de emprego.

Focada nestas problemáticas, muita literatura económica sobre a relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho tem como pano de fundo a Teoria do Capital Humano, segundo a qual o nível de educação de um indivíduo determina a sua produtividade no mercado de trabalho e essa produtividade, por sua vez, determina a remuneração (Marginson, 2015). Alguns estudos sobre o caso Português afirmam que no país um maior nível de educação é melhor remunerado pelo mercado de trabalho e distintas áreas de estudo e de formação são valorizadas de forma diferente pelo mercado de trabalho. De acordo com Cerdeira *et al.* (2016), as teorias de capital humano, segmentação e reprodução social são empiricamente corroboradas pelas diferentes taxas de empregabilidade dos graduados, consoante a sua idade, grau académico e área de formação.

A decisão de optar por prosseguir estudos após a conclusão do ensino secundário é cada vez mais usual em Portugal e, segundo Tavares (2017), num contexto em que a educação superior é cada vez mais uma opção comum, uma maior segurança da obtenção de um emprego só é conseguida através de qualificações mais elevadas, pelo que os estudantes tendem a encarar o ensino superior como um investimento cujo retorno é a maior remuneração, o acesso a melhores empregos e a maior facilidade na obtenção destes, ou seja, o aumento da sua empregabilidade.

Existem várias definições de empregabilidade na literatura, porém a mais adequada e a que será utilizada consta no estudo de Cardoso *et al.* (2014, p. 18). Segundo estes últimos autores, a empregabilidade é “um conceito que se refere à qualidade de um emprego ou à possibilidade de ter emprego, no sentido amplo de se ser empregado ou de se exercer uma

atividade por conta própria. Desta forma, a empregabilidade está também relacionada com o empreendedorismo e a capacidade de criar empregos, tanto para si mesmo como para outros”.

Tavares (2017) realizou um estudo qualitativo, com base em entrevistas semiestruturadas com 60 alunos do primeiro ano de Licenciatura da área urbana do Porto, em 2009/2010, que teve como objetivo explorar as percepções subjacentes às escolhas relativas ao ensino superior, com especial enfoque na importância das perspetivas de empregabilidade. Este autor concluiu que a empregabilidade é a principal motivação para que os estudantes se matriculem no ensino superior, na medida em que os dados permitiram identificar uma relação próxima entre a decisão de se inscrever no ensino superior e as percepções dos alunos acerca da situação do mercado de trabalho e da empregabilidade.

A matrícula no ensino superior é percecionada como um meio para os estudantes melhorarem a sua empregabilidade, pelo que estes procuram qualificações com o objetivo de obter vantagem competitiva no mercado de trabalho. Segundo Tavares (2013), essa atitude é mais evidente no caso dos estudantes de Engenharia de Computação e menos frequente nos estudantes de Artes. Estudos como o de Livanos e Nuñez (2016) apontam como sendo desejável que o processo de matrícula seja guiado pelas tendências do mercado de trabalho, na medida em que os alunos devem estar informados sobre a empregabilidade das diferentes áreas no momento em que se candidatam ao ensino superior e escolhem a sua área de estudo. Os mesmos autores mostram que, caso a escolha dos graduados e a oferta de cursos da universidade não sigam as tendências do mercado de trabalho, os benefícios do ensino superior, quer a um nível micro, quer a um nível macroeconómico serão menores do que caso os mesmos seguissem as tendências do mercado de trabalho. Os autores constataam ainda que, a nível europeu, existe uma parte considerável de diplomados na área das ciências sociais, uma área de cujos graduados têm enfrentado dificuldades no mercado de trabalho, o que pode estar associado a problemas a nível de empregabilidade e a uma menor eficiência do ensino superior. Tavares (2013) também abordou os fatores que influenciaram a decisão dos indivíduos de se matricularem no ensino superior. O autor concluiu que o principal incentivo para os estudantes se matricularem no ensino superior foi a influência da família, dado que, por um lado, estudantes de famílias com níveis mais altos de educação tendem a seguir o exemplo dos seus pais e, por outro lado, estudantes de famílias com menor nível

educacional também encontram incentivos para se matricularem no ensino superior, visto que encaram o mesmo como uma oportunidade de melhorar a sua condição social.

Questões semelhantes são abordados noutros estudos, como é o caso do estudo de Sojkin, Bartkowiak e Skuza (2012). Estes autores analisaram os fatores que influenciaram a decisão de aceder ao ensino superior numa amostra de 1420 estudantes da área de Gestão na Polónia. Concluíram que os fatores que mais influenciaram a decisão dos estudantes foram a opinião e as expectativas da família e o estilo de vida de estudante. Para além dessas duas determinantes foram referidas, com menor significância o apoio financeiro da família, o aumento da probabilidade de encontrar um emprego e a progressão na carreira. No que toca aos procedimentos de procura da universidade, os mesmos autores afirmam que uma elevada percentagem dos estudantes obteve informação relativa às universidades através da internet (63%), de folhetos universitários e livros (54%), de recomendações de amigos (34%), de feiras de emprego (30%) e de visitas às universidades (20%), sendo a posição das universidades em rankings internacionais também tida em conta por 19% dos alunos. Já a escolha da universidade, foi maioritariamente influenciada pelas perspetivas de progressão na carreira, pelos cursos oferecidos, pelo valor das propinas e pela disponibilidade de apoio financeiro. Através de testes estatísticos com controlo para o género dos indivíduos, os mesmos autores referiram ainda que os estudantes do sexo masculino atribuíam uma maior importância a fatores como a reputação universitária, os cursos oferecidos, o valor das propinas e a existência de formas de ajuda financeira aquando da escolha da instituição de ensino.

A decisão de ingressar no ensino superior em cursos de pós-graduação foi ainda estudada por Kallio (1995). Com base numa amostra de estudante da Universidade do Michigan, o autor concluiu que o local de residência, o ambiente académico, as preocupações relacionadas com o emprego e a existência de formas de ajuda financeira influenciaram a decisão dos estudantes de se inscreverem no ensino superior. Relativamente às diferenças nas determinantes da decisão de estudar e das decisões de escolha da faculdade entre os graduados e os pós-graduados, o autor concluiu que os fatores em comum são o papel desempenhado pelo local de residência e os fatores relacionados com o ambiente académico, como por exemplo, a reputação e a dimensão da instituição de ensino, a qualidade dos cursos que esta oferece e também a diversidade dos cursos. A importância da disponibilidade de

ajuda financeira também é uma característica referida pela maior parte dos estudantes. As opiniões diferem no que respeita à importância das preocupações relativamente ao emprego e das opiniões dos cônjuges ou parceiros, sendo que os alunos de Licenciatura são maioritariamente influenciados pelos pais, sobretudo no processo da escolha da universidade, visto que com mais frequência dependem financeiramente da família.

Sendo, cada vez mais generalizada a ideia de que é necessário possuir um grau superior à Licenciatura para obter um emprego estável e adequado à área de formação, o estudo efetuado por Figueiredo *et al.* (2017 a) revela que os diplomados não têm de possuir necessariamente graus académicos superiores à Licenciatura para obterem um emprego estável, podendo optar por criar caminhos mais curtos e vocacionais. No entanto, de acordo com os mesmos autores, em média, os percursos de formação mais longos são os mais eficazes a proporcionar vantagens competitivas no mercado de trabalho, indicando que a crescente massificação do ensino superior entre os mais jovens, apesar de não ser a única estratégia possível, seja uma estratégia de sucesso.

Em Portugal a Licenciatura tem sido o nível de qualificação mais escolhido pelos alunos no ensino superior. No entanto, após a adoção do Processo de Bolonha, houve também um enorme aumento do número de indivíduos que optam por obter um Mestrado. Nesse sentido, Cardoso *et al.* (2014) consideram que o segundo ciclo de estudos é relevante e aparenta ser uma fase "natural" do processo de educação, seja para melhorar a empregabilidade ou para evitar o desemprego. Isto acontece porque, estando o nível médio de qualificações a aumentar, a obtenção de uma Licenciatura já não representa a vantagem competitiva no mercado de trabalho do modo que representava em décadas anteriores, tentando cada vez mais estudantes realizar um Mestrado para terem melhores hipóteses de encontrarem um emprego, especialmente na sua área de formação.

A respeito da empregabilidade e do Processo de Bolonha, importa destacar o trabalho de Sin, Tavares e Amaral (2016 a) que estudaram as perceções dos estudantes do ensino superior português sobre os efeitos da adoção do Processo de Bolonha. A sua análise foi baseada num inquérito *online* ao qual responderam 828 alunos de 17 instituições públicas, privadas e politécnicas de todo o país. Os autores concluíram que o impacto da adoção do Processo de Bolonha foi avaliado negativamente pelos alunos licenciados, no que respeita à

empregabilidade dos graduados com o grau académico de licenciado. Tal levou a que uma parte considerável dos estudantes ponderasse em se matricular num Mestrado. Ainda, segundo Sin *et al.* (2016 a), existe, em Portugal, um número crescente de estudantes graduados em várias áreas de estudo que não têm um emprego relacionado com as suas qualificações. Apesar de existirem diferenças no desemprego, segundo a área de estudo e formação, o desemprego dos jovens qualificados em geral tem sido um problema nos últimos anos. Sin *et al.* (2016 a) sustentam que o mercado de trabalho atribui maior valor ao Mestrado face à Licenciatura, uma vez que os detentores de Mestrado estão menos expostos ao desemprego do que os detentores de uma Licenciatura. Nesse sentido, as perceções dos alunos refletem as alterações conjunturais do mercado de trabalho. As opiniões predominantemente negativas dos alunos sobre o impacto das reformas de Bolonha na empregabilidade dos alunos do primeiro ciclo, a preferência de um número cada vez maior de estudantes em optar por obter um segundo ciclo em vez de começar a trabalhar com o grau de licenciado, bem como o facto da maioria ter declarado não se sentir preparada para entrar no mercado de trabalho após a Licenciatura são indícios da diminuição da empregabilidade dos estudantes com o grau de licenciado. Sendo a oferta de trabalhadores com um curso superior cada vez mais elevada, os estudantes optam cada vez mais por prosseguir com os seus estudos no final da Licenciatura, até porque os detentores de níveis de qualificação mais altos têm sido a escolha preferencial dos empregadores. Adicionalmente, o facto de a implementação das reformas de Bolonha ter sido quase coincidente com a crise económica contribuiu para um efeito negativo adicional, e não relacionado com Bolonha, na desvalorização do primeiro ciclo de estudo. Resultados semelhantes no que concerne à empregabilidade de graduados e pós-graduados foram obtidos por Calvet e Collado (2015), num contexto de reformas curriculares com vista à adaptação às regras de Bolonha para o caso espanhol. Com base numa amostra de 1904 estudantes de mais de 50 Licenciaturas e Mestrados distintos que haviam terminado os seus cursos entre 1 a 3 anos antes da realização do estudo, os autores concluíram que os pós-graduados têm maiores níveis de empregabilidade do que os licenciados. Os pós-graduados revelaram ainda maior facilidade em encontrar um emprego que corresponda à sua área de estudo. Já no que toca à probabilidade de serem aceites num estágio não remunerado, os autores não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre mestres e licenciados. No mesmo estudo foram ainda analisadas as

características que estão associadas a uma maior probabilidade de encontrar emprego nos grupos de mestres e licenciados. Os autores concluíram que licenciados mais velhos e os mestres cujos pais têm níveis de qualificação mais elevados têm uma maior probabilidade de encontrarem emprego. Foram ainda encontradas diferenças na empregabilidade por área de estudo: estudantes de Engenharia, Arquitetura, Artes e Humanidades revelaram maior facilidade em encontrar emprego do que estudantes de Ciências Sociais, assim como cursos com unidades curriculares em língua inglesa revelaram estar associados a maiores níveis de empregabilidade.

De acordo com o estudo de Sin, Tavares e Amaral (2016 b), os estudantes consideram que tanto eles próprios como as instituições de ensino superior são responsáveis pela empregabilidade e apresentam o ensino superior como fator chave para o aumento da mesma. Também Qenani, MacDougall e Sexton (2014) concluíram que a universidade pode desempenhar um papel cada vez mais importante no desenvolvimento e aperfeiçoamento da empregabilidade dos diplomados. Porém, na escolha da área de estudo, a empregabilidade revela ter um menor peso na decisão dos estudantes, do que a vocação, declarando decidir mais de acordo com os seus interesses pessoais, do que de acordo com o impacto que o curso e as unidades curriculares que realizam possam ter na sua empregabilidade. As conclusões destes autores resultam da análise de 978 respostas a inquéritos, implementados em 2011, em duas faculdades da Universidade Estadual Politécnica da Califórnia. Através de um modelo *logit* ordenado, os autores estudaram ainda a autopercepção da empregabilidade entre universitários, utilizando como variáveis explicativas várias características dos estudantes e das instituições de ensino, como a experiência profissional e a reputação da universidade, que revelaram contribuir para o aumento da confiança dos estudantes no que respeita à sua empregabilidade. Obtiveram-se ainda dois resultados adicionais que interessa salientar: por um lado, o curso escolhido não revelou ser um fator importante para influenciar a autopercepção da empregabilidade dos estudantes, por outro lado, os estudantes do sexo feminino exibiram uma probabilidade 50% menor de se considerarem altamente empregáveis do que os estudantes do sexo masculino.

A escolha da instituição de ensino foi também um tópico discutido na literatura. De acordo com Tavares (2017), não existindo restrições financeiras ou outras limitações, os alunos e as suas famílias parecem escolher de acordo com a reputação da instituição, o seu prestígio

social e o seu impacto potencial na empregabilidade. O mesmo não acontece na escolha da área de estudo, na medida em que a maioria dos estudantes entrevistados pelo autor referiu a vocação como a principal razão para escolher uma determinada área. Um outro estudo (Tavares, 2013) conclui que a maioria dos estudantes escolheu a sua área de estudo com base nas suas preferências pessoais sendo que, no entanto, a escolha da instituição de ensino era feita com base na reputação da mesma. Também no que diz respeito à escolha da instituição de ensino superior, o autor revela que uma parte significativa dos estudantes têm uma maior preferência pelas universidades públicas do que pelos Institutos Politécnicos públicos e privados e pelas universidades privadas. Como as universidades públicas são a opção preferencial, estas têm notas de acesso mais elevadas. A maioria dos alunos da amostra não ficou satisfeita com a instituição frequentada, insatisfação essa que teve dois motivos principais: o facto de existirem alunos que não possuindo as notas de acesso exigidas, não foram aceites nas universidades públicas e o facto de existirem alunos que, possuindo as notas de acesso exigidas, se encontravam geograficamente afastados das universidades públicas sendo, nos casos em que as famílias tinham menos disponibilidade financeira, obrigados a ingressar num politécnico mais próximo da sua zona de residência.

O ingresso no mercado de trabalho após a obtenção de um dado grau académico é um processo que envolve decisões e oportunidades que podem ser influenciadas por diversos fatores. Para o caso específico das áreas da Geografia e Sistemas de Informação Geográfica e do mercado de trabalho polaco, Piróg (2016), concluiu que a obtenção de um Mestrado, assim como a posse de competências diferenciadoras são fortemente positivas para a empregabilidade dos graduados. Adicionalmente, segundo Silva *et al.* (2016), os programas de estudo que incluem estágios também tendem a aumentar significativamente a empregabilidade dos graduados, particularmente dentro do universo das instituições de ensino superior politécnicas e públicas. Estes autores apresentaram várias conclusões acerca dos estágios e da empregabilidade com base numa análise econométrica em que a variável dependente era a taxa de licenciados desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) há mais de 12 meses (dados de 2013). Com base numa amostra de 1158 indivíduos, os autores concluem que incluir os estágios nos programas de estudo das instituições politécnicas pode reduzir a taxa de desemprego dos graduados em 27% e que o facto de expandir e diversificar as oportunidades disponíveis para os alunos

exercerem as atividades relacionadas com o mercado de trabalho pode reduzir as taxas de desemprego de pós-graduação em 37%. Para além disso, a natureza dos estágios demonstrou afetar significativamente as taxas de desemprego dos graduados, visto que a existência de um estágio obrigatório reduz as taxas de desemprego dos graduados em 28%. Estas conclusões sugerem a importância da existência de uma cooperação institucional forte e continuada entre instituições de ensino superior e empregadores, permitindo melhorar as competências, a experiência profissional e a empregabilidade dos graduados. Thune e Storen (2015) também realizaram um estudo sobre a cooperação institucional com base numa amostra de 2232 diplomados noruegueses com o grau de mestre. O estudo confirma que os alunos que participaram nas atividades resultantes desta cooperação apresentam resultados positivos em termos de aprendizagem de competências práticas e de maior motivação para o estudo. Esses benefícios foram ainda maiores no caso das cooperações de longa duração.

A procura de atividades extracurriculares como forma de obtenção de competências diferenciadoras no mercado de trabalho revela ser cada vez mais comum entre os jovens. Em Portugal, as atividades extracurriculares são compreendidas como atividades independentes do programa de estudo, excluindo, portanto, os estágios. Sin *et al.* (2016 a) concluíram que os estudantes do sexo feminino apresentam uma maior participação nas atividades extracurriculares do que os do sexo masculino. Em particular, foram registadas mais alunas a participar em voluntariado do que alunos o que, de acordo com os autores, poderá ser interpretado como um sinal da existência de discriminação, no sentido em que a maior participação das mulheres pode ser motivada pela perceção de que a entrada no mercado de trabalho é mais difícil para as mesmas. Nesse sentido, estas sentem necessidade de enriquecer o currículo e a experiência profissional mais do que homens. De forma semelhante, a conciliação dos estudos com um emprego, permitindo aos jovens adquirir em simultâneo conhecimento teórico, prático e técnico, revela ser uma estratégia para o aumento da empregabilidade dos graduados (Silva *et al.*, 2016).

Livanos e Nunez (2016) estudaram a influência do ensino superior e da área de estudo dos jovens na entrada destes no mercado de trabalho na União Europeia. Estes autores utilizaram os dados do inquérito à Força de Trabalho da União Europeia (2003-2005) e estimaram modelos *logit* sequenciais para calcular os efeitos de um conjunto de variáveis explicativas sobre a probabilidade de passar por um determinado tipo de transições no mercado de

trabalho. Assumiram que a situação profissional do indivíduo está sujeita à seguinte sequência de decisões/situações: (i) participar no mercado de trabalho ou não (ii) encontrar emprego (empregado) ou não (desempregado) e (iii) garantir um emprego permanente ou não (emprego temporário). Ao nível da empregabilidade, este estudo revelou que esta é maior para os indivíduos que frequentaram cursos técnicos. Os diplomados que terminaram o seu curso na área de Saúde, Educação e Engenharia, têm melhores perspectivas de emprego comparativamente aos que frequentaram áreas de estudo mais gerais, como as Ciências Sociais. Para além disto, a empregabilidade dos jovens graduados, segundo estes autores, é afetada significativamente pela variáveis institucionais, como por exemplo, o índice de qualidade da instituição. Constatou-se que a detenção de elevadas pontuações no índice de qualidade faz aumentar em 3% a probabilidade de um diplomado participar no mercado de trabalho, reduzindo em 3% a probabilidade de estar desempregado e aumentando em 2% a probabilidade de obter um emprego permanente. Este resultado sugere que o investimento na educação gera retornos diferentes em termos de empregabilidade, evidenciando uma vantagem associada ao ensino superior de alta qualidade em relação às alternativas de qualidade média/baixa. Assim sendo, estes resultados mostram que o investimento na qualidade, e não na quantidade, pode ajudar a melhorar a empregabilidade dos diplomados. Particularmente, nos países que apresentam uma baixa pontuação no índice de qualidade, o foco da política de ensino superior poderá necessitar de ser mudada da universalização para a melhoria dos padrões de qualidade.

No âmbito da relação entre a formação superior, a empregabilidade e as decisões dos estudantes, torna-se igualmente relevante avaliar se as expectativas destes últimos são concretizadas após os estudos no ensino superior. Schomburg e Teichler (2005) analisaram a situação profissional dos diplomados decorridos 4 anos após a conclusão do 1º ciclo de estudos, em 12 países. Estes autores concluíram que cerca de 40% dos graduados classificaram a sua atual situação profissional como melhor do que esperavam, tendo a maioria dos indivíduos reportado que, no mínimo, esta correspondia às suas expectativas iniciais. Porém, cerca de 20% consideraram a sua situação profissional pior do que esperado. Entre estes, os problemas mais comumente reportados têm a ver com a pouca adequabilidade dos conhecimentos e competências adquiridas às necessidades do mercado de trabalho. Dado o crescente número de ingressos e graduações no ensino superior ao longo

das últimas décadas em vários países, incluindo Portugal, alguns autores interrogaram-se sobre se a expansão do ensino superior não teria ido longe demais. Tendo em atenção a evolução negativa da diferença entre a taxa de desemprego de indivíduos graduados e não graduados verificada em Portugal ao longo das décadas de 1980 e 1990, Cardoso e Ferreira (2009) procuraram analisar se a obtenção de um curso superior tinha deixado de ser uma vantagem competitiva. Os seus resultados indicam que tal não acontece e que a variação ao longo do tempo do desemprego dos graduados é maioritariamente motivada por choques idiossincráticos e não por choques agregados ou setoriais. Analisando separadamente o mercado de trabalho dos graduados e o dos não graduados em Portugal, as autoras concluem que o primeiro se expandiu muito mais e que é mais dinâmico e adaptado às mudanças de necessidades das empresas, contrariando assim a visão pessimista sobre o impacto da expansão do ensino superior no mercado de trabalho.

Figueiredo, Biscaia, Rocha e Teixeira (2017 b) também discutem o possível impacto negativo no emprego dos graduados da massificação do ensino superior. Utilizando dados relativos a jovens entre os 25 e os 34 anos, os autores estudaram as modificações ocorridas na transição para o mercado de trabalho e na empregabilidade dos graduados, em Portugal, ao longo do período 2000-2010. Os seus resultados apontam para a inexistência de evidência que apoie as hipóteses de excesso de qualificações, apontando para a contínua emergência de novos postos de trabalho para os graduados. Estes autores concluem também acerca de uma existência clara de benefícios setoriais associados ao ensino superior e, sobretudo, aos graus mais elevados. Contudo, afirmam também que há alguns fatores negativos que têm de começar a ser tidos em conta na formulação de políticas para o ensino superior, nomeadamente associadas à heterogeneidade de oportunidades de trabalho que existem entre os graduados. Concluem também que os graduados que fazem uma avaliação menos positiva relativamente à área de formação que escolheram são os que são afetados por mais longos períodos de desemprego.

No sentido de melhorar o processo de transição para o mercado de trabalho e a empregabilidade dos estudantes, e estando o trabalho por conta própria a tornar-se numa opção cada vez mais recorrente, alguns autores têm vindo a sugerir algumas mudanças ao nível curricular nas universidades. Neste âmbito, foi proposto que as instituições fornecessem mais disciplinas relacionadas com o empreendedorismo, de forma obrigatória

ou opcional, e que aumentassem o fornecimento de competências relacionadas ao empreendedorismo e as tomadas de decisão (Cardoso *et al.*, 2014). Calvet e Collado (2015) afirmam que a empregabilidade dos diplomados deve ser avaliada pelas instituições de ensino superior. Em Espanha, o Observatório Ocupacional do Serviço de Carreiras da Universidade Jaime I realiza vários estudos de acompanhamento da transição dos estudantes do ensino superior para o mercado de trabalho. Nesta universidade já foram implementadas certas atividades de apoio à empregabilidade dos jovens, sendo que os autores enumeraram várias soluções adicionais a ser implementadas. Além, por exemplo, de sessões individuais de tutoria, serão fornecidos *workshops* reforçados por sessões de apoio, devendo também ser introduzidos cursos de formação combinados, que incluam sessões de orientação. Phekoa e Molefheb (2017) apresentam a empregabilidade como uma responsabilidade que deve ser partilhada pelas quatro partes envolvidas na mesma: instituições do ensino superior, empregadores, potenciais trabalhadores e trabalhadores efetivos. O seu estudo propõe um quadro de referência que tem como finalidade assegurar o desenvolvimento das competências e atributos das quatro partes referidas. Nesse sentido, os empregadores são destacados e encarados como agentes estratégicos neste processo, na medida em que estes são os mais capacitados para identificar as competências, o conhecimento teórico e os atributos necessários para um desempenho eficaz nas suas empresas e setores produtivos. De acordo com os autores, os empregadores são essenciais para garantir que os estudantes em formação correspondam ao pretendido. Também Cardoso e Ferreira (2009) referem que os empregadores consideram que o sistema de ensino superior não fornece as competências necessárias aos alunos, recomendando por isso que seja feito um esforço no sentido de compreender o que os empregadores procuram e valorizam nos indivíduos qualificados e que as universidades implementem unidades curriculares e atividades ou programas que desenvolvam as competências que são essenciais no ponto de vista das empresas.

Finch, Hamilton, Baldwin e Zehner (2013) alertam para a importância das *soft-skills*, que definem como capacidades de comunicação escrita e verbal, profissionalismo e relações interpessoais, indicando que para aumentar a empregabilidade dos indivíduos formados, os programas e os cursos universitários devem dar maior ênfase às mesmas. No mesmo sentido, Sarkar, Overton, Thompson e Rayner (2016) observaram que tanto os empregadores como os graduados, independentemente de estarem empregados ou decidirem continuar a estudar,

consideraram as *soft-skills* mais úteis no mercado de trabalho do que os conhecimentos e competências específicas adquiridas em várias unidades curriculares. Por forma a melhorar empregabilidade, os mesmos autores sugerem que formações ou palestras apresentadas por alunos que já terminaram os estudos e empregadores de diferentes indústrias, podem ser uma forma relevante de ajudar os estudantes a fazerem escolhas profissionais. Isso também pode criar oportunidades para que os mesmos conheçam modelos de carreira e criem redes profissionais com os ex-alunos e empregadores.

As perceções dos empregadores acerca da empregabilidade dos alunos pós-graduados foram também analisadas por Chhinzer e Russo (2018). Estes autores revelam que os empregadores consideram a maturidade profissional dos estudantes de pós-graduação como um fator chave para a maior empregabilidade dos mesmos, mostrando também valorizar as *soft-skills* e a capacidade de resolução de problemas. Devido à importância dada pelos empregadores às *soft-skills*, Finch *et al.* (2013) referem que os diplomados devem destacar a sua capacidade de resolução de problemas e as suas *soft-skills* perante o potencial empregador, por forma a aumentarem a probabilidade de serem bem-sucedidos na obtenção de um emprego.

Ao identificar fatores relacionados com a empregabilidade, uma amostra de empregadores do Canadá, realça a importância do empenho na aprendizagem dos estudantes de pós-graduação, considerando também o conhecimento e as competências específicas das unidades curriculares frequentadas, relevantes para a mesma (Chhinzer e Russo, 2018). Para além destes fatores, segundo os mesmos autores, é necessário incluir as capacidades de comunicação, gestão do tempo, trabalho em equipa, atenção aos detalhes, aceitação de *feedback* e disposição para trabalhar quando se procura identificar de uma forma holística os fatores relacionados com a empregabilidade. Os empregadores entrevistados no estudo de Sarkar *et al.* (2016) fizeram recomendações de mudanças na pedagogia universitária, especialmente no que diz respeito a expor os alunos a problemas reais do mercado de trabalho. De acordo com os autores, tal pode ser interpretado como uma sugestão para tornar a aprendizagem mais orientada para a investigação, por forma a ajudar os alunos a adaptarem-se à resolução de problemas num conjunto amplo de situações.

Contudo, apesar do sistema do ensino superior dever ser avaliado através da empregabilidade dos alunos formados, Cardoso *et al.* (2014) indicam que por vezes não é possível de imediato

aplicar no mercado de trabalho as competências adquiridas no ensino superior, cujos benefícios só serão plenamente percecionados e concretizados quando os graduados tiverem a oportunidade de demonstrar essas mesmas competências e desenvolver ao longo do tempo. Deste modo, é necessário ter alguma cautela ao formular políticas e mudanças curriculares motivadas por objetivos de mais curto prazo.

Por fim, a literatura avalia a diferença no impacto na empregabilidade dos cursos superiores consoante o sistema de ensino em questão. Os resultados apontam para que nos países com um sistema estratificado esse impacto seja maior. De grosso modo, a estratificação do sistema de ensino caracteriza-se pela existência de mais oportunidades de acesso a níveis de ensino mais elevados a determinado tipo de alunos, nomeadamente aos que obtêm melhores resultados académicos. Por exemplo, num sistema de ensino altamente estratificado um estudante mediano no ensino secundário ou no ensino básico pode não ter qualquer possibilidade de aceder ao ensino superior, sendo obrigado a optar por um caminho vocacional ou a ingressar no mercado de trabalho. Os diplomados dos países com maior estratificação educacional revelam uma maior probabilidade de participação no mercado de trabalho, uma menor probabilidade de desemprego e uma maior probabilidade de obtenção de um contrato de trabalho permanente. No entanto, o efeito do nível de estratificação na empregabilidade não é linear, na medida em que os graduados de países classificados com sistemas de estratificação de nível médio têm uma probabilidade semelhante de participação no mercado de trabalho e uma menor probabilidade de obter um emprego permanente, do que os graduados dos países com sistemas de baixo nível de estratificação (Livianos e Nunez, 2016). Em Portugal, o sistema de ensino superior apresenta alguma estratificação provocada pelas notas de ingresso no ensino superior, sendo que alguns estudantes não conseguem aceder aos cursos que pretendiam, especialmente se estes forem em universidades públicas e em áreas como a Medicina. Tais instituições e áreas de estudo são percebidos pela população como mais prestigiados e seletivos, e o ingresso nos mesmos é encarado como uma possibilidade de ter acesso a empregos com uma remuneração mais elevada (Tavares, 2013).

3 – Dados

Os dados que suportam este trabalho resultam da implementação do Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da Universidade do Porto (IDUP). Este foi realizado *online*, em setembro de 2016 e reporta a situação dos diplomados de Licenciatura e Mestrado da Universidade do Porto, no ano letivo de 2013/2014 (Anexo 1). Os inquiridos obtiveram o grau de licenciado ou o grau de mestre em vários cursos das catorze unidades orgânicas (UO) da UP. A implementação do inquérito resultou numa amostra de 1201 inquiridos num universo de 5518 diplomados¹. Deste modo, a amostra representa 21,8% do total dos graduados, no ano letivo em questão.

O propósito da implementação do inquérito é conhecer a situação em que se encontravam os graduados decorridos dois anos da obtenção do grau académico. Nesse sentido, no inquérito é pedida informação acerca dos percursos profissionais dos diplomados, do seu processo de transição para o mercado de trabalho e da influência da formação académica na situação atual dos mesmos. O questionário simples e conciso permite obter informação sobre aspetos relevantes da situação de cada indivíduo, de forma a compreender as características sociodemográficas e as razões apontadas pelos próprios indivíduos para se encontrarem em cada uma das cinco situações possíveis nas quais se autotransferiram. O inquérito divide-se em seis partes: “Folha de rosto”, “A trabalhar”, “Em estágio”, “Desempregado”, “Bolseiro” e “A estudar”. O levantamento destas informações é relevante para a UP, dado que com base na análise dos dados recolhidos, é possível conhecer dimensões relevantes do percurso profissional ou académico dos indivíduos diplomados e assim contribuir para avaliar as políticas e decisões de gestão nestas áreas.

Na folha de rosto é feito um levantamento das principais características sociodemográficas (idade e género) e do percurso académico dos diplomados (grau académico concluído, curso, unidade orgânica e classificação final obtida). De seguida, os indivíduos preenchem pelo menos uma das cinco restantes componentes. Na secção “A trabalhar” é recolhida informação sobre características do emprego atual e dos empregos anteriores. A componente

¹ Os dados sobre o universo foram recolhidos na publicação Universidade do Porto – Gabinete de Estudos Estratégicos e Melhoria Contínua (2016). *Diplomados pela U.Porto de ciclos de estudos (cursos conferentes de grau) 2014*, tendo sido utilizados os grupos L1, MI e M2 do referido documento.

“A estagiar” fornece informação sobre pormenores dos estágios que estavam a ser realizados à data do inquérito. Relativamente à secção “Desempregados”, nesta é recolhida informação sobre a duração e o número de episódios de desemprego desde a conclusão do curso, assim como os motivos para tal. Nas restantes duas componentes, “Bolsiros de investigação” e “Estudantes”, consta informação sobre a atividade de investigação desenvolvida e sobre o tipo de formação que optaram por obter.

4 – Metodologia

A principal finalidade desta dissertação é, através da análise da base de dados resultante do preenchimento de inquéritos por parte de graduados na UP, no ano letivo 2013-2014, identificar os fatores que contribuem para explicar a decisão dos indivíduos de entrar no mercado de trabalho ou continuar a investir em capital humano.

Neste trabalho, será feita uma análise estatística descritiva com o objetivo de identificar as características dos indivíduos em cada uma das categorias enumeradas no inquérito e da sua reclassificação nas categorias de ativos e inativos.

Numa fase seguinte, serão estimadas regressões com o objetivo de identificar, através de modelos econométricos, relações de causalidade entre diversas variáveis disponíveis no inquérito. Esta análise será baseada em modelos *probit*, procurando identificar as variáveis que têm um papel relevante na explicação da decisão de ser ativo, ou seja, de entrar no mercado de trabalho ou inativo, ou seja, continuar a acumular capital humano. Para além da estimação dos modelos, serão ainda estimados os efeitos marginais associados a cada uma das variáveis explicativas.

No âmbito da análise da situação profissional dos indivíduos e da sua classificação como ativos ou inativos, é importante clarificar que não estar empregado pode não significar menor empregabilidade do indivíduo. Isto porque os indivíduos podem escolher não procurar emprego e continuar a investir em capital humano. Da mesma forma, optando por estudar, podem encontrar desincentivos à procura de um emprego para conciliar com os estudos, associados, por exemplo, à perda de apoios financeiros públicos, tais como as bolsas de estudos concedidas pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). Dado que a obtenção de um emprego e o facto de auferir um salário implicam a subida do escalão de rendimento do agregado familiar e podem levar à perda de apoios estatais. Já as pessoas que estão desempregadas, a estagiar, a estudar ou que são bolseiros de investigação podem ter elevada empregabilidade, podendo estar em cada uma dessas situações por opção individual. A Teoria do Capital Humano sugere que a níveis mais elevados de qualificação corresponde uma maior empregabilidade (Marginson, 2015), existindo estudos empíricos que corroboram essa ideia [ver p.e., Calvet e Collado (2015)]. De forma análoga, é possível formular a hipótese de que a classificações finais de curso mais elevadas, que revelam maiores capacidades

académicas inatas por parte dos estudantes, está associada uma maior empregabilidade. Assim sendo, este trabalho pode ajudar a discernir que tipo de incentivo prevalece na decisão dos estudantes de entrar ou não no mercado de trabalho aquando do fim de uma Licenciatura ou de um Mestrado, nomeadamente no caso dos estudantes com classificações finais mais elevadas. Serão estes mais propensos a ingressar na vida ativa tirando partido da maior facilidade que terão em encontrar emprego ou a ingressar num ciclo de estudos mais avançado por forma a obterem uma posição mais privilegiada no mercado de trabalho no médio ou longo prazo? A literatura sobre o mercado de trabalho português sugere que boas perspectivas de empregabilidade estão cada vez mais associadas à obtenção de pós-graduações (Figueiredo *et al.*, 2017). Desta forma, torna-se relevante avaliar se os fatores que determinam o ingresso na vida ativa variam consoante o grau académico dos indivíduos. Do mesmo modo, a literatura reporta evidência de que a diferentes tipos de curso estão associados diferentes níveis de empregabilidade [ver p.e., Calvet e Collado (2015); Livianos e Nunez, (2016)], tornando-se pertinente avaliar se os fatores que determinam o ingresso na vida ativa dos recém-graduados variam consoante a área de estudo dos mesmos. Consequentemente, para responder a estas questões serão estimados diferentes modelos *probit*, quer para indivíduos com diferentes graus académicos, quer para indivíduos de diferentes UO.

Em suma, o objetivo da análise econométrica é, através da utilização das variáveis binárias que identificam se os indivíduos são ativos ou inativos como variáveis dependentes, saber quais variáveis sociodemográficas, como a idade e o género e variáveis associadas ao percurso do indivíduo na UP, como a classificação final do curso, influenciam a probabilidade de cada indivíduo se encontrar numa dessas duas situações, assim como se estes fatores variam consoante a área de formação e o grau académico dos indivíduos.

5 – Estatística descritiva

Como já referido, a implementação do IDUP forneceu uma base de dados com 1201 diplomados, representando 21,8% do total de graduados pela UP no ano letivo 2013/2014.

5.1 - Caracterização da amostra

A amostra reúne informação relativa aos inquiridos que terminaram a Licenciatura ou o Mestrado. Os diplomados com o grau de mestre concluíram o Mestrado ou o Mestrado Integrado, dependendo dos cursos e das unidades orgânicas que frequentaram. A Tabela 1 evidencia que 67,1% dos inquiridos terminou o curso com o grau de mestre, sendo que 25,8% concluiu um Mestrado e 41,3% concluiu um Mestrado Integrado.

Os indivíduos que terminaram o curso com o grau de mestre no âmbito do Mestrado Integrado formam o grupo de indivíduos que mais respondeu ao inquérito. O Mestrado Integrado está sobre-representado na amostra, enquanto a Licenciatura e, sobretudo, o Mestrado estão sub-representados.

Tabela 1 - Percentagem de respostas por grau académico na amostra e no universo

Tipo de curso	Amostra	Peso na amostra (%)	Universo	Peso no universo (%)
Licenciatura	395	32,9%	1921	34,8%
Mestrado	310	25,8%	1730	31,4%
Mestrado Integrado	496	41,3%	1867	33,8%
Total	1201	100%	5518	100%

A Tabela 2 agrupa a informação sobre os graduados por UO² na amostra e no universo, verificando-se que a maioria dos inquiridos pertenciam às FCUP, FEP, FEUP e FLUP. Estas 4 UO representam 60,9% da amostra total. Estas são também as UO com maior número de alunos no universo da UP, representado 59,1% do total de graduados da UP. Desta forma, ainda que a taxa de resposta nalgumas destas unidades orgânicas esteja abaixo da média,

² A identificação das siglas das unidades orgânicas consta no Anexo 2.

como é o caso da FEP e FLUP, no que concerne à FCUP e à FEUP, estas estão sobrerrepresentadas, acabando as 4 UO por ter um peso considerável na amostra e próximo de que têm no universo. Nas unidades orgânicas FAUP, FBAUP, FCUP, FDUP e FEUP a taxa de resposta registada foi superior à média (21,8%). A taxa de resposta da FAUP foi a mais elevada (40,5%) das 14 UO.

Tabela 2 - Distribuição dos graduados pelas 14 UO da UP

Unidade orgânica	Amostra	Peso na amostra (%)	Universo	Peso no universo (%)	Taxa de resposta (%)
FADEUP	35	2,9%	349	6,3%	10,0%
FAUP	45	3,8%	111	2,0%	40,5%
FBAUP	48	4,0%	175	3,2%	27,4%
FCNAUP	15	1,3%	95	1,7%	15,8%
FCUP	178	14,8%	702	12,7%	25,4%
FDUP	56	4,7%	222	4,0%	25,2%
FEP	119	9,9%	715	13,0%	16,6%
FEUP	294	24,5%	1012	18,3%	29,1%
FFUP	42	3,5%	225	4,1%	18,7%
FLUP	140	11,7%	830	15,0%	16,9%
FMDUP	16	1,3%	83	1,5%	19,3%
FMUP	71	5,9%	338	6,1%	21,0%
FPCEUP	60	5,0%	281	5,1%	21,4%
ICBAS	82	6,8%	380	6,9%	21,6%
Total	1201	100%	5518	100%	21,8%

Na maioria dos casos, o peso dos graduados de uma dada unidade orgânica na amostra é relativamente próximo ao peso dos diplomados da mesma unidade orgânica no universo. As principais exceções são os casos da FAUP, FCUP e FEUP, havendo uma sobrerrepresentação dos indivíduos destas UO na amostra, da FADEUP, da FEP e da FLUP, onde há uma sub-representação dos indivíduos destas unidades orgânicas na amostra.

A Tabela 3 reúne informação relativa ao número de indivíduos da amostra que obtiveram um dado grau académico em cada uma das unidades orgânicas. A partir da mesma, podemos verificar que nos indivíduos licenciados as UO mais representadas são a FCUP, a FEP e a FLUP. Enquanto nos Mestrados Integrados a FEUP domina largamente.

Tabela 3 - Distribuição dos graduados segundo o grau académico e a UO

Unidade orgânica	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado	Total
FADEUP	11	24	0	35
FAUP	0	0	45	45
FBAUP	33	15	0	48
FCNAUP	14	1	0	15
FCUP	105	59	14	178
FDUP	47	9	0	56
FEP	62	57	0	119
FEUP	2	44	248	294
FFUP	0	3	39	42
FLUP	97	43	0	140
FMDUP	0	2	14	16
FMUP	0	16	55	71
FPCEUP	12	18	30	60
ICBAS	12	19	51	82
Total	395	310	496	1201

Sabendo que as Licenciaturas pós-Bolonha têm normalmente 3 ou 4 anos, os Mestrados 2 anos e os Mestrados Integrados 5 ou 6 anos, é interessante olhar para a diferença entre o tempo médio de que os diplomados precisaram para concluir um determinado curso e o tempo de referência do mesmo por UO. Essa informação é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Diferença entre o tempo médio (em anos) para obtenção de um determinado grau académico e o tempo de referência (em anos) por UO³

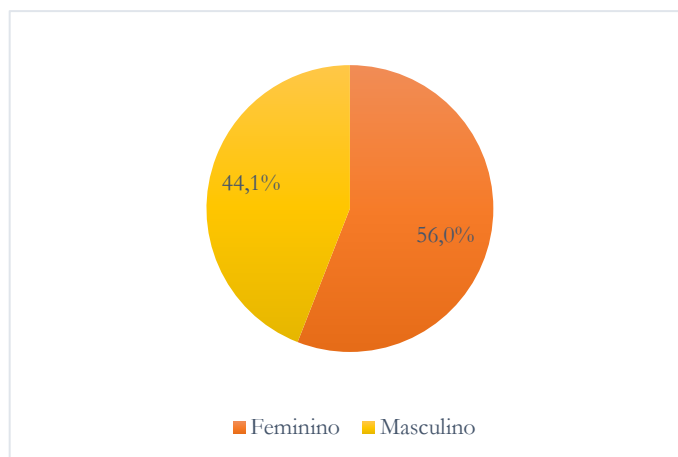
Unidade orgânica	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado
FADEUP	0,6	0,3	-
FAUP	-	-	1,3
FBAUP	0,4	- 0,1	-
FCNAUP	0,1	-	-
FCUP	0,8	0,2	0,9
FDUP	0,4	0,6	-
FEP	0,9	0,4	-
FEUP	-	0	0,5
FFUP	-	-	0,6
FLUP	0,3	0,2	-
FMDUP	-	-	0,2
FMUP	-	0,8	0,3
FPCEUP	0	0,2	0
ICBAS	1,2	0	0

A partir desta tabela é possível observar que os indivíduos que necessitaram de mais tempo adicional para concluir a Licenciatura foram os das unidades orgânicas FCUP, FEP e ICBAS. Já no caso dos Mestrado foram os estudantes da FMUP e nos Mestrados Integrados, os da FAUP e da FCUP.

Importa também caracterizar a amostra no que diz respeito ao género dos inquiridos. Na Figura 1, pode-se observar que responderam mais indivíduos do sexo feminino, do que do sexo masculino. Os valores da figura são próximos dos valores da composição do universo da UP (58,3% graduados do sexo feminino e 41,7% do sexo masculino no universo).

³ Para a construção desta tabela foi tido em conta o número de anos que os alunos reportaram ter demorado a concluir o curso. Desta forma, alguns dos valores apresentados podem estar enviesados, uma vez que há indivíduos que reportaram ter concluído os seus cursos num tempo inferior à duração dos mesmos.

Figura 1 - Distribuição dos graduados por género na amostra



É ainda de notar que as graduadas do sexo feminino são amplamente maioritárias nas Licenciaturas e Mestrados, o mesmo não acontecendo nos Mestrados Integrados, onde os graduados do sexo masculino predominam (Tabela 5). Estas diferenças resultam da distribuição dos diplomados por unidades orgânicas. No universo da UP, a percentagem de diplomados do sexo feminino é superior à do sexo masculino. No entanto, a FEUP constitui uma clara exceção a esta tendência. Nesta UO a percentagem de diplomados do sexo masculino é bastante superior à do sexo feminino. Logo, tendo os indivíduos desta UO um grande peso na subamostra dos diplomados com Mestrado Integrado, a percentagem de diplomados do sexo masculino neste ciclo de estudos acaba por ser mais elevada do que a do sexo feminino.

Tabela 5 - Género dos graduados por tipo de curso

	Feminino	Masculino	Total
Licenciatura	64,1%	35,9%	100% (395 indivíduos)
Mestrado	61,0%	39,0%	100% (310 indivíduos)
Mestrado Integrado	46,4%	53,6%	100% (496 indivíduos)

Quanto à idade dos inquiridos, esta está compreendida entre 22 e 78 anos. A distribuição das idades dos graduados por vários grupos etários em função do grau académico mais elevado que os mesmos possuem é apresentada na Tabela 6.

Tabela 6 – Idade dos graduados aquando do preenchimento do inquérito por tipo de curso

Idade	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado
22-23	38,2%	0,0%	0,0%
24-25	40,5%	28,4%	40,5%
26-27	10,4%	26,1%	42,7%
28-30	3,3%	16,5%	10,1%
>30	7,6%	29%	6,7%
Total	100% (395 indivíduos)	100% (310 indivíduos)	100% (496 indivíduos)

De forma geral, a maioria dos licenciados têm idade até aos 25 anos (38,2% dos indivíduos com idade máxima de 23 anos e 40,5% dos indivíduos com idade máxima de 25 anos). No grupo dos indivíduos cujo grau académico mais elevado é o Mestrado Integrado, as idades da maioria dos indivíduos estão compreendidas entre 24 e 27 anos (83,2%). Já no Mestrado, apesar de a maioria dos indivíduos ter uma idade compreendida entre 24 e 27 anos (como no Mestrado Integrado), esta apresenta uma distribuição mais uniforme pelos vários grupos etários considerados. Isto deve-se ao facto do Mestrado, ao contrário do Mestrado Integrado, não ter de ser feito imediatamente a seguir à Licenciatura.

Em relação à classificação final do curso, com base na Tabela 7, verifica-se que os valores mais frequentes no total da amostra foram entre 13 e 15 valores (59,2%). Os valores das classificações finais mais frequentes variam consoante o grau académico. Na Licenciatura foi registada maior percentagem dos diplomados com 12-14 valores (67,5%), no Mestrado com 15-17 valores (70,6%) e no Mestrado Integrado com 13-15 valores (74,3%). O valor mais frequente da classificação final de curso dos inquiridos com o grau de licenciado e com o grau de mestre no âmbito do Mestrado Integrado é 14 valores, enquanto o valor da classificação final mais frequente no caso dos inquiridos com o grau de mestre é de 16 valores.

As classificações finais das Licenciatura e dos Mestrados Integrados são inferiores às classificações médias de conclusão do Mestrado, o que pode ser explicado, quer pelo facto do Mestrado ter duração inferior à Licenciatura e o Mestrado Integrado, quer devido à

existência de uma maior autosseleção dos indivíduos no que toca à frequência dos Mestrados. Isto é, enquanto em grande medida, obter uma Licenciatura ou um Mestrado Integrado acaba por ser muitas vezes encarado como obrigatório ou como uma condição necessária para a obtenção de um emprego que permita obter os padrões mínimos desejados pelos indivíduos em termos profissionais e salariais, a frequência de um Mestrado tem implícita uma escolha que depende em maior grau da motivação e da ambição pessoal.

Tabela 7 -Classificação final do curso dos inquiridos

Classificação final	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado	Total	
				Amostra	Peso na amostra (%)
11	4,3%	0,0%	0,6%	20	1,7%
12	19,7%	0,3%	7,7%	117	9,7%
13	23,5%	2,3%	21,8%	208	17,3%
14	24,3%	8,4%	31,5%	278	23,2%
15	13,7%	21,3%	21,0%	224	18,7%
16	9,1%	27,7%	12,5%	184	15,3%
17	4,3%	21,6%	4,0%	104	8,7%
18	1,0%	16,1%	0,8%	58	4,8%
19	0,0%	2,3%	0,2%	8	0,7%
Total	100% (395 indivíduos)	100% (310 indivíduos)	100% (496 indivíduos)	1201	100%

Por sua vez, a Tabela 8 apresenta as médias das classificações finais conforme o grau académico obtido pelos graduados em cada unidade orgânica. A partir da mesma, é possível constatar que FAUP, FCNAP, FCUP, FMUP e FPCEUP se distinguem por terem classificações finais médias iguais ou superiores às médias do total da amostra. FDUP, FEP, FEUP, FFUP e FMDUP têm classificações médias finais que são sempre inferiores às médias do total da amostra. As classificações finais dos licenciados são mais elevadas na FPCEUP e mais baixas na FDUP. No que concerne ao Mestrado, todas as UO apresentam médias superiores à Licenciatura e os graduados do ICBAS obtiveram as classificações mais elevadas, já a FDUP apresenta, pelo contrário, as classificações finais mais baixas. Os graduados em

Mestrado Integrado obtiveram classificações mais elevadas na FPCEUP e mais baixas nas FFUP e FMDUP.

Tabela 8 – Média das classificações finais conforme o grau académico obtido pelos graduados em cada UO

Unidade orgânica	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado	Total
FADEUP	14,0	15,5	-	15,0
FAUP	-	-	14,7	14,7
FBAUP	14,6	15,9	-	15,0
FCNAUP	14,4	-	-	14,4
FCUP	13,8	16,7	14,2	14,8
FDUP	12,8	15,3	-	13,2
FEP	13,2	15,4	-	14,2
FEUP	-	15,8	13,9	14,2
FFUP	-	-	13,8	13,8
FLUP	14,0	16,1	-	14,6
FMDUP	-	-	13,8	13,8
FMUP	-	16,9	14,7	15,2
FPCEUP	15,3	17,1	14,9	15,7
ICBAS	13,3	17,7	14,7	15,2
Total	13,7	16,2	14,2	14,5

A Tabela 9 fornece informação sobre a forma como os diplomados se autotransformaram nas cinco situações definidas no inquérito. 66,6% dos indivíduos estava a trabalhar e 17,4% estava a estudar.

Tabela 9 - Número de graduados por componente do inquérito

Categoria	Respostas	Peso na amostra (%)
A trabalhar	800	66,6%
Em Estágio	81	6,7%
Desempregado	142	11,8%
Bolseiro	116	9,7%
A estudar	209	17,4%
Total	1348*	100%

Nota: *O número de respostas obtidas (1348) é superior ao número de respondentes (1201) devido ao facto de haver inquiridos que responderam a mais do que uma componente do inquérito.

Dado que há indivíduos que se classificaram em mais do que uma componente do inquérito, o que era permitido pelo desenho do mesmo, a Tabela 10 mostra o número de inquiridos que preencheram uma ou duas dessas componentes. Deste modo e a título de exemplo, dos 800 indivíduos que estavam a trabalhar, 71 estavam simultaneamente a estudar.

Tabela 10 - Número de graduados que se encontram em uma ou duas componentes do inquérito

	A trabalhar	Em estágio	Desempregado	Bolseiro	A estudar
A trabalhar	800	9	2	8	71
Em estágio		81	2	1	7
Desempregado			142	0	20
Bolseiro				116	32
A estudar					209

Nota: Alguns inquiridos também se classificaram simultaneamente em três componentes do inquérito. Um indivíduo autotransferiu-se como empregado, desempregado e estudante. Três indivíduos autotransferiram-se como bolseiros de investigação, estudantes e empregados.

De seguida serão analisados os dados de cada uma das componentes relativos ao género, idade, tipo de curso, principais áreas de formação e, por fim, às classificações finais média dos diplomados. Deste modo, no que diz respeito ao género, segundo a Tabela 11, as

componentes nas quais a diferença entre a percentagem de homens e mulheres é maior são “Em estágio” e “Desempregado”, sendo as mulheres maioritárias nestas componentes.

Tabela 11 - Distribuição do género dos graduados por componente do inquérito

	A trabalhar	Em estágio	Desempregado	Bolseiro	A estudar
Feminino	53,1%	72,8%	64,8%	49,1%	54,1%
Masculino	46,9%	27,2%	35,2%	50,9%	45,9%
Total	100% (800 indivíduos)	100% (81 indivíduos)	100% (142 indivíduos)	100% (116 indivíduos)	100% (209 indivíduos)

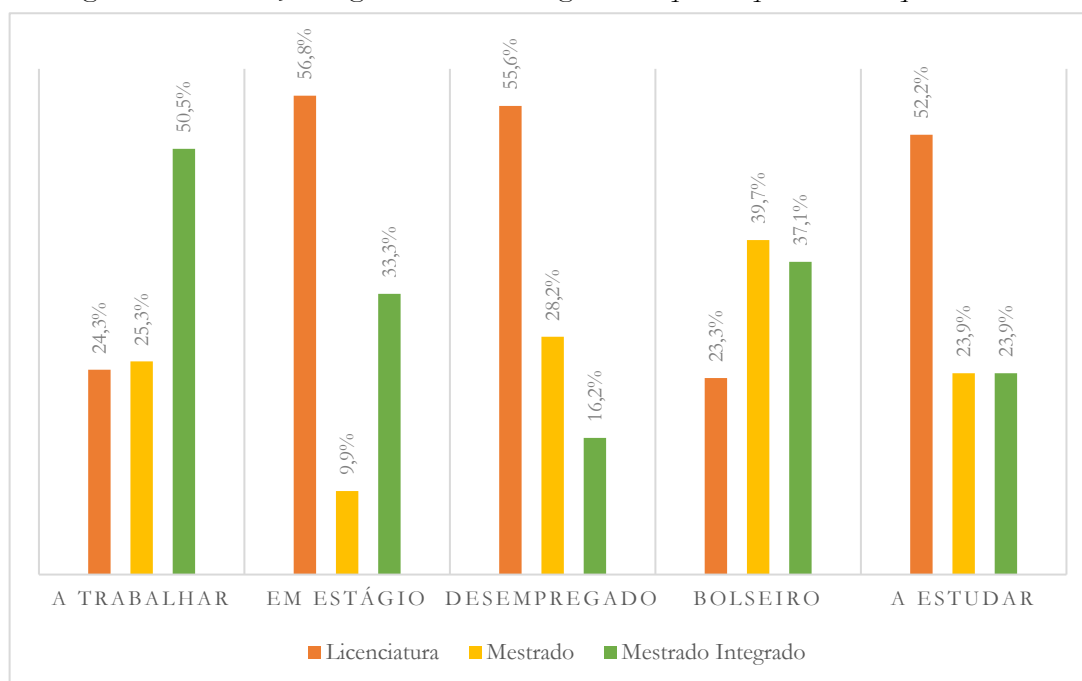
A situação dos diplomados pode variar consoante a idade, uma vez que, por exemplo, se espera que indivíduos mais velhos tenham uma menor probabilidade de serem bolseiros de investigação ou de estudarem. A Tabela 12 reporta a distribuição dos inquiridos em cada uma das cinco componentes por grupos etários. A maioria dos indivíduos que se encontrava a trabalhar tinha entre 24 e 27 anos de idade (66,4%). O mesmo acontece com a idade dos bolseiros, apesar de nestes a percentagem de indivíduos com 24 ou 25 anos (44,8%) ser quase o dobro da dos indivíduos com 26 ou 27 anos. Já a idade dos estagiários estava predominantemente distribuída entre os 22 e os 27 anos de idade, assim como a idade dos desempregados e dos estudantes. É ainda possível afirmar que, com a exceção dos indivíduos que se encontram a trabalhar, pelo menos 42,0% dos indivíduos em cada componente tinham 24 ou 25 anos de idade, sendo este o intervalo etário mais representado por larga margem.

Tabela 12 - Distribuição dos graduados por componente do inquérito e idade

Idade	A trabalhar	Em estágio	Desempregado	Bolseiro	Estudante
22-23	8,5%	23,5%	17,6%	13,8%	21,1%
24-25	34,3%	42,0%	42,3%	44,8%	42,1%
26-27	32,1%	25,9%	18,3%	25,0%	20,1%
28-30	9,8%	6,2%	9,9%	12,1%	7,2%
>30	15,3%	2,5%	11,9%	4,3%	9,5%
Total	100% (800 indivíduos)	100% (81 indivíduos)	100% (142 indivíduos)	100% (116 indivíduos)	100% (209 indivíduos)

Em relação à distribuição do grau acadêmico dos inquiridos pelas cinco componentes, é possível observar que cerca de metade dos graduados de cada componente concluíram o mesmo grau acadêmico, à exceção dos bolseiros, onde a distribuição por grau acadêmico é mais uniforme. Apesar destes apresentarem uma distribuição mais uniforme, os licenciados estão em minoria. A maioria dos indivíduos empregados concluíram o Mestrado Integrado, enquanto a maioria dos que estão a estagiar, desempregados e a estudar são licenciados (Figura 2).

Figura 2 - Distribuição do grau académico dos graduados por componente do inquérito



A Tabela 13 identifica a percentagem de indivíduos de cada componente que obtiveram o seu grau académico em cada uma das 14 UO. Verifica-se que a maioria dos inquiridos empregados eram das áreas de Engenharia e Economia (40% da amostra). Já os desempregados estavam mais concentrados nas áreas de Ciências e Letras (48,6%). No que toca aos estagiários, sobressaem as áreas de Ciências e Direito (43,2%). Os bolseiros de investigação provêm maioritariamente das áreas de Ciências e Engenharia (72,4%).

É, ainda, importante destacar que, o peso que os graduados de cada UO têm na amostra tem efeitos no peso que os graduados de cada UO têm em cada uma das componentes. Através da análise conjunta das Tabelas 13 e 2, é possível verificar que nas 4 UO mais representadas

ocorrem distribuições distintas entre várias componentes do inquérito. Com exceção das componentes dos empregados e dos desempregados, apresentando no caso dos desempregados a segunda maior percentagem, a FCUP destaca-se por exibir uma maior percentagem de indivíduos em cada componente. Enquanto a FEUP tem um peso maior no total dos empregados do que em qualquer outra componente do inquérito.

Tabela 13 - Percentagem de graduados de cada componente do inquérito por UO

Unidade Orgânica	A trabalhar	Em estágio	Desempregado	Bolseiro	A estudar
FADEUP	3,5%	1,2%	2,1%	0,9%	1,9%
FAUP	4,8%	6,2%	2,1%	0,9%	1,0%
FBAUP	3,6%	-	7,8%	0,9%	6,2%
FCNAUP	1,3%	1,2%	1,4%	-	1,0%
FCUP	7,0%	22,2%	22,5%	38,8%	21,1%
FDUP	3,5%	21,0%	5,6%	2,6%	-
FEP	12,0%	13,6%	3,5%	2,6%	11,5%
FEUP	28,0%	11,1%	12,0%	33,6%	16,3%
FFUP	4,0%	-	2,1%	1,7%	3,8%
FLUP	10,3%	6,2%	26,1%	6,0%	12,4%
FMDUP	1,6%	-	2,1%	-	1,0%
FMUP	7,9%	3,7%	1,4%	2,6%	4,8%
FPCEUP	4,9%	8,6%	7,0%	3,5%	5,3%
ICBAS	7,8%	4,9%	4,2%	6,0%	7,7%
Total	100% (800 indivíduos)	100% (81 indivíduos)	100% (142 indivíduos)	100% (116 indivíduos)	100% (209 indivíduos)

Para os indivíduos de cada uma das cinco componentes verificou-se que as classificações finais mais elevadas foram obtidas nos Mestrados e as mais baixas nas Licenciaturas. As classificações finais dos Mestrados Integrados estão mais próximas das classificações das Licenciaturas do que das dos Mestrados. Os bolseiros de investigação são os inquiridos que exibem classificações mais elevadas, quer na Licenciatura, quer nos Mestrados o que deverá estar associado ao facto de a classificação final do curso ser um dos principais critérios de seleção dos alunos nos concursos às bolsas de investigação. Os indivíduos que optaram por

continuar a estudar são o segundo grupo de graduados com classificações médias mais elevadas, sendo que no caso de graduados com o grau de mestre, as classificações médias dos indivíduos que continuaram a estudar são muito semelhantes às dos bolseiros de investigação (Tabela 14).

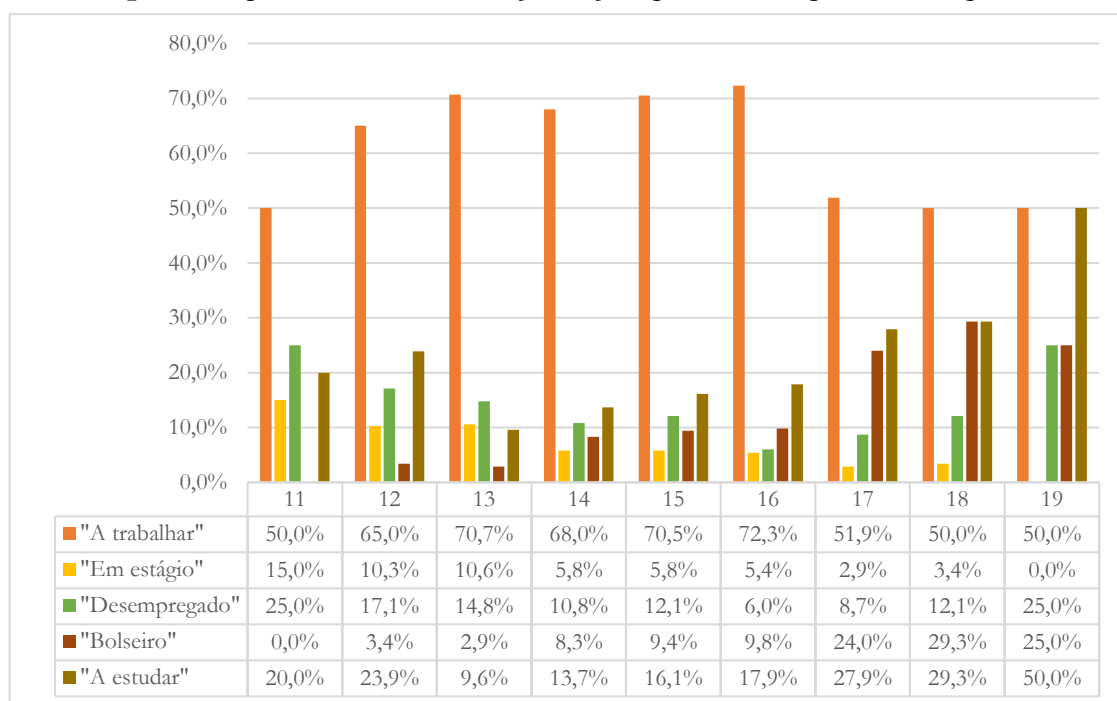
A análise conjunta das Tabelas 14 e 8, permite verificar que, no caso dos licenciados, os bolseiros de investigação e os estudantes apresentam, em média, classificações finais acima do total dos licenciados da amostra (13,7 valores). Os empregados e os estagiários com o grau de mestre possuem classificações finais inferiores à média das classificações finais do total dos mestres da amostra (16,2 valores). No Mestrado Integrado apenas os desempregados se apresentam com as classificações finais inferiores à média das classificações finais desse grupo de diplomados (13,3 versus 14,2 valores).

Tabela 14 – Média das classificações finais dos graduados por grau académico em cada componente do inquérito

Tipo de curso	A trabalhar	Em estágio	Desempregado	Bolseiro	A estudar
Licenciatura	13,6	13,3	13,4	14,6	14
Mestrado	15,9	16	16,2	17,1	17
Mestrado Integrado	14,2	14,3	13,3	14,9	14,7
Total	14,5	13,9	14,2	15,7	14,9

A Figura 3 mostra que os empregados são o grupo mais representado em cada uma das classificações finais possíveis. Em linha com o facto de estes estarem em clara maioria na amostra. No entanto, é possível constatar que a predominância dos indivíduos deste grupo é menos expressiva nas classificações médias finais mais elevadas (17, 18 e 19 valores). Nestas, a percentagem de bolseiros de investigação e de estudantes é relativamente maior.

Figura 3 - Repartição do valor da classificação final pelas cinco componentes do inquérito



5.2 - Graduados que se encontram a trabalhar

No inquérito foram registados 800 indivíduos que se encontravam a trabalhar, dos quais 80,6% assinalou que o seu emprego à data correspondia à sua área de formação na UP. Dos 467 indivíduos que tiveram mais do que um emprego, 68,7% afirmou que o seu primeiro emprego correspondia à sua área de formação na UP. Este dado permite-nos concluir que há uma percentagem muito significativa de graduados que fez a transição para o mercado de trabalho através de um emprego que corresponde à sua área de formação.

Relativamente ao número de empregos dos inquiridos, 88,4% tiveram entre 1 a 3 empregos desde que terminaram o seu curso na UP. Os indivíduos trabalhavam sobretudo em Portugal, na medida em que apenas uma minoria (11,1%) assinalou que trabalhava no estrangeiro à data da realização do inquérito. Pode ainda concluir-se que uma parte significativa estava empregada na cidade do Porto (31,9%).

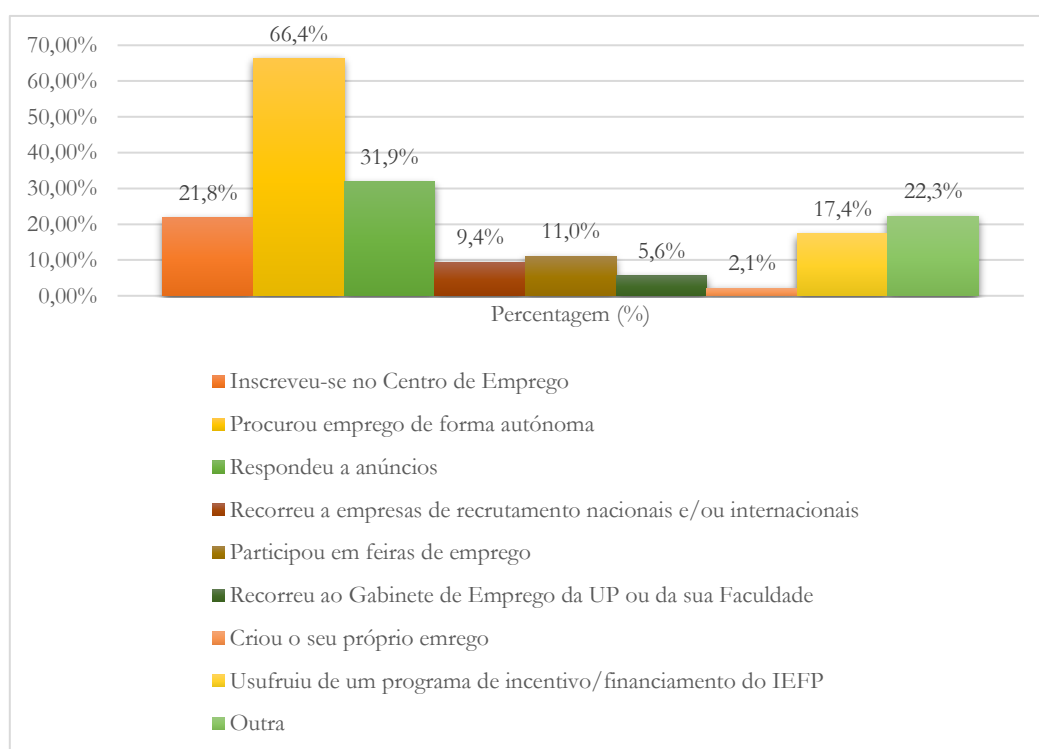
No que respeita à remuneração líquida mensal dos indivíduos empregados, 30,5% dos indivíduos recebia entre 1001 a 1400 euros e 47,1% tinha um ganho mensal entre 516€ e 1000€ (Tabela 15).

Tabela 15 - Remuneração média mensal líquida dos inquiridos que estão empregados

Remuneração média mensal líquida (em euros)	Frequência	Percentagem (%)
Igual ou inferior a 515	36	4,5%
de 516 a 800	185	23,1%
de 801 a 1000	192	24,0%
de 1001 a 1400	244	30,5%
Superior a 1400	143	17,8%
Total	800	100%

A Figura 4 evidencia que 66,4% dos inquiridos empregados procurou o seu primeiro emprego de forma autónoma, por exemplo, através do envio de CV para empresas ou contatos diretos com empregadores. Uma parte significativa também respondeu a anúncios procurados no jornal ou na *internet* (31,9%) e inscreveu-se no Centro de Emprego (21,8%).

Figura 4 - Ações realizadas com o objetivo de obter o primeiro emprego



Os inquiridos que já tinham trabalhado em, pelo menos, dois empregos distintos, foram interrogados sobre os motivos do término do vínculo laboral do seu emprego anterior: 19,1%

dos respondentes referiu o trabalho de duração limitada como, por exemplo, estágio profissional ou contrato a termo certo e 17,0% apontou a remuneração inadequada ou insuficiente (Figura 5). Foi também pedido aos graduados que identificassem os aspetos que os próprios consideraram relevantes para a obtenção de um emprego. A Figura 6 permite observar que o aspeto mais frequentemente assinalado como relevante para o acesso ao emprego foi a formação académica complementar como, por exemplo, Mestrado ou Doutoramento (49,3%). A capacidade de expressão em língua(s) estrangeira(s), experiência profissional anterior e média de curso também foram referidos por uma percentagem significativa de trabalhadores (33,3%, 32,9% e 28,5% respetivamente).

Figura 5 - Razões do término do vínculo laboral dos inquiridos empregados

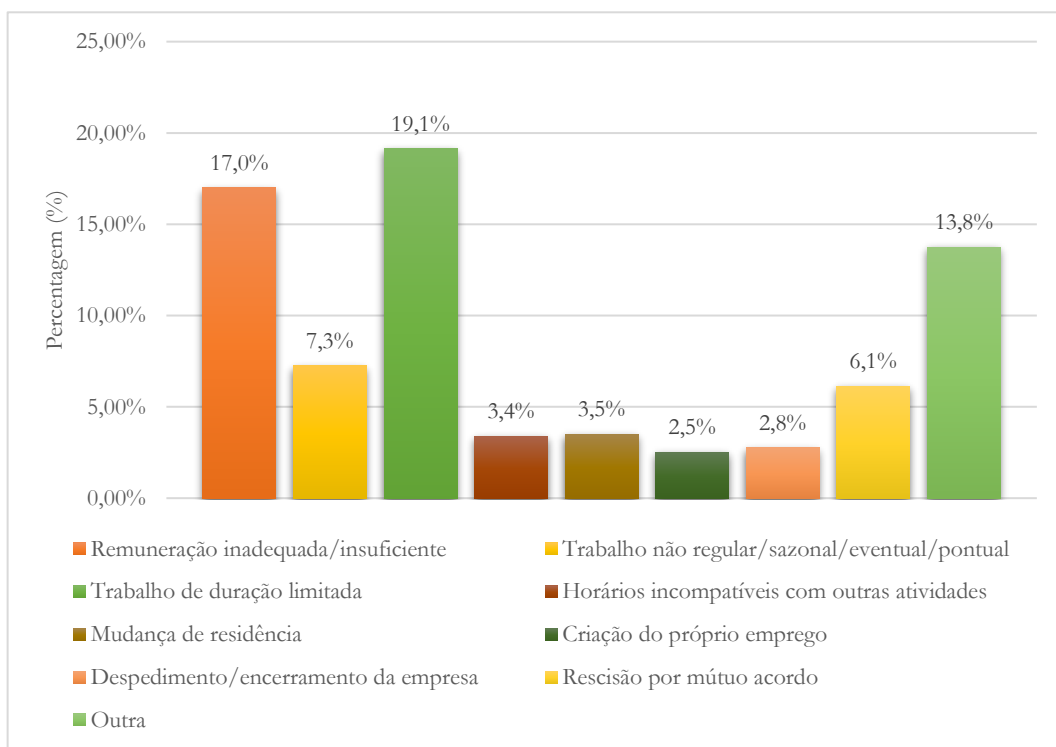
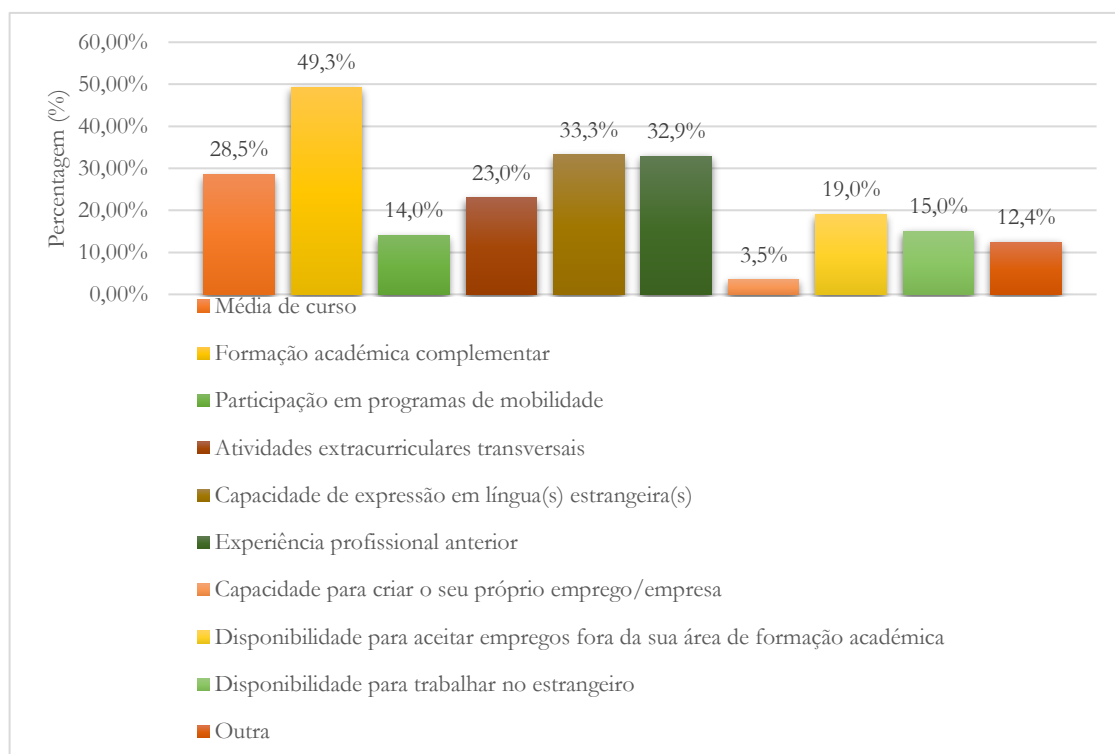
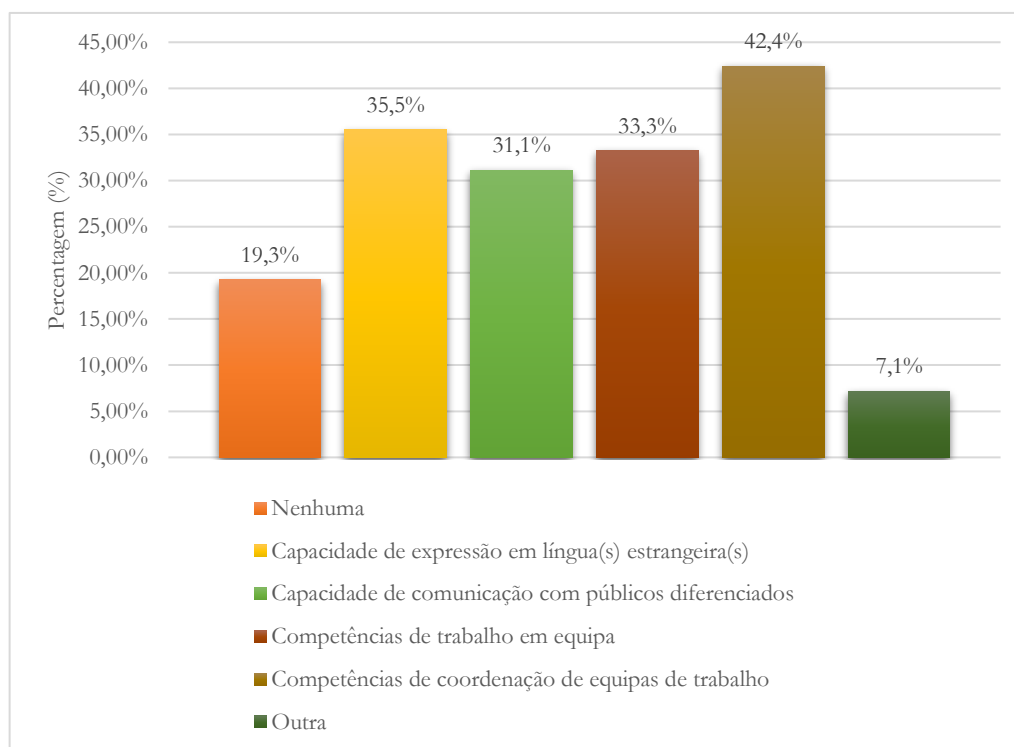


Figura 6 - Fatores que influenciaram o acesso dos inquiridos ao emprego à data da realização do inquérito



Após a conclusão de um determinado grau académico, os indivíduos tiveram a oportunidade de obter ou alargar a sua experiência profissional. Esta, permitiu-lhes apurar as competências que acrescentariam à formação obtida para a tornar mais adequada à atividade profissional que desempenhavam. De acordo com a Figura 7, 42,4% dos inquiridos empregados indicou a competência de coordenação de equipas de trabalho e 35,5% referiu a capacidade de expressão em língua(s) estrangeira(s) como aspetos que acrescentariam à sua formação.

Figura 7 - Competências que os empregados acrescentariam à formação obtida para torná-la mais adequada ao exercício da atividade profissional que desenvolvem



5.3 - Graduados que se encontram a estagiar

81 inquiridos classificaram-se como estagiários, isto é 6,7% do total da amostra, sendo a categoria com o menor número de respondentes. O tipo de entidade onde estavam a fazer o estágio mais assinalado foi a empresa privada (61,7%). A duração mais frequente (58,0%) foi de 9 e 12 meses. Para 48,2% dos indivíduos, o estágio é obrigatório para o exercício de uma atividade profissional. A Advocacia e a Psicologia foram as áreas mais vezes referidas, como áreas para as quais a realização do estágio é obrigatória. 44,4% indicou o Instituto de Emprego e da Formação Profissional (IEFP) como entidade financiadora do estágio.

77,8% dos estagiários eram remunerados pelo serviço prestado, sendo que o valor líquido da remuneração mais vezes referido foi de 516€ a 800€ (Tabela 16). Uma vez que mais de metade dos estagiários se encontravam a realizar estágios do IEFP, o resultado obtido para estas remunerações acaba por ser explicado pelos valores tabelados por esta entidade, em função do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). Segundo o Regulamento específico

de IEFP⁴, o valor da bolsa mensal de estágio em função do nível do QNQ calcula-se para os licenciados e mestres (nível 6 e 7) da seguinte forma:

Indexante dos Apoios Sociais (IAS) * 1,65

Como o IAS desde 2009 até 2016 inclusive era de 419,22€, aquando do preenchimento do inquérito os estagiários recebiam o seguinte valor:

$$419,22\text{€} \times 1,65 = 691,7\text{€}.$$

Tabela 16 - Remuneração média mensal líquida dos inquiridos que estão em estágio remunerado

Remuneração média mensal líquida (em euros)	Frequência	Percentagem (%)
Igual ou inferior a 515	3	4,76%
de 516 a 800	41	65,08%
de 801 a 1000	10	15,87%
de 1001 a 1400	7	11,11%
Superior a 1400	2	3,18%
Total	63	100%

É de realçar ainda que a maioria dos estagiários são remunerados, sendo que a percentagem dos estagiários remunerados é maior dentro do grupo de indivíduos com Metrado Integrado (Tabela 17).

Tabela 17 - Repartição dos estagiários com um determinado grau académico conforme o facto de serem remunerados ou não

O estágio é remunerado?	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado
Não	32,6%	25,0%	3,7%
Sim	67,4%	75,0%	96,3%
Total de indivíduos	46	8	27

No que toca aos rendimentos auferidos no estágio, tendo em conta o grau académico dos indivíduos e consoante a Tabela 18, verifica-se que não havia diferenças significativas entre

⁴ Consultar *Regulamento Específico: Medida Estágios Emprego* - Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pela Portaria n.º 375/2013, de 27 de dezembro (IEFP, 2013) para informação mais detalhada.

os mesmos. Independentemente do grau académico, a maioria dos indivíduos recebia uma remuneração entre 516€ e 800€, o que é explicado pelo facto dos valores tabelados para os estágios IIEFP para licenciados e mestres se encontrarem dentro deste intervalo. Porém, os estágios com remuneração mais elevada estão relativamente mais associados aos Mestrados e Mestrados Integrados (16,7% e 23,1%).

Tabela 18 - Remuneração média mensal líquida dos inquiridos que estão em estágio remunerado de acordo com o seu grau académico

Remuneração média mensal líquida (em euros)	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado
Igual ou inferior a 515	9,7%	0,0%	0,0%
de 516 a 800	67,7%	66,7%	61,5%
de 801 a 1000	19,4%	16,7%	11,5%
de 1001 a 1400	0,0%	16,7%	23,1%
Superior a 1400	3,2%	0,0%	3,8%
Total de indivíduos	31	6	26

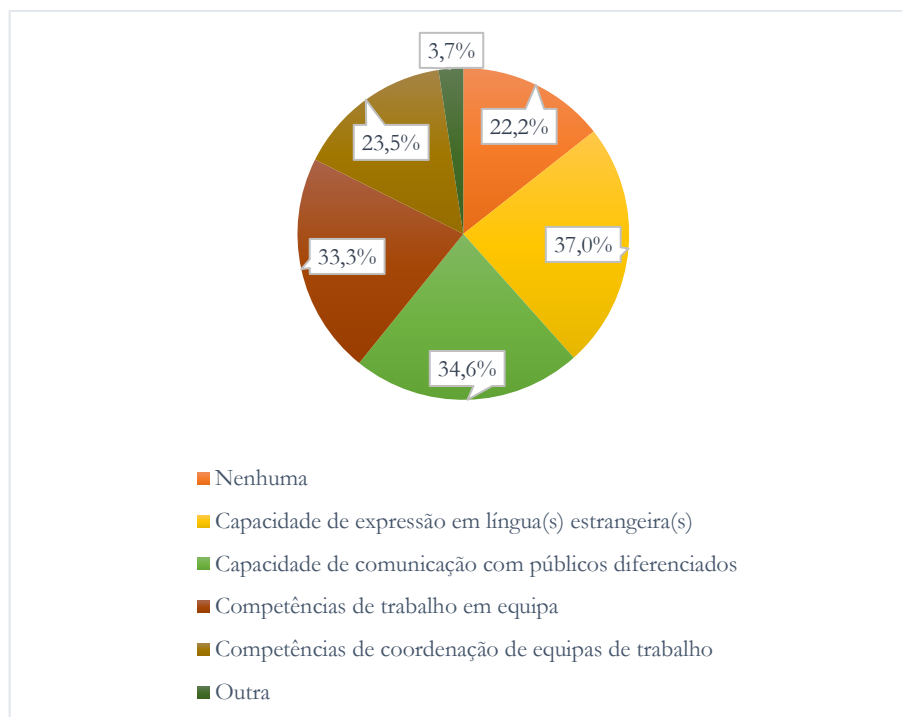
A duração do estágio varia de acordo com o facto de este ser ou não obrigatório para o exercício de uma atividade profissional. Para a maioria dos indivíduos cujo estágio não era obrigatório, a duração do mesmo era de 9 meses. Para a maioria dos inquiridos cujo estágio era obrigatório, a duração do mesmo era de 12 ou 18 meses. De acordo com a informação da Tabela 19, 94,4% dos inquiridos que se encontravam a realizar um estágio não remunerado, tinham o estágio como uma condição obrigatória para o exercício de uma atividade profissional. Já nos indivíduos que se encontravam a realizar um estágio remunerado, era maior a percentagem de indivíduos para os quais o estágio não era obrigatório.

Tabela 19 – Informação relativa à remuneração e obrigatoriedade dos estágios

O estágio é remunerado?	O estágio é obrigatório para o exercício de uma atividade profissional?		
	Sim	Não	Total
Sim	34,9%	65,1%	100% (63 indivíduos)
Não	94,4%	5,6%	100% (18 indivíduos)

Os estagiários foram inquiridos sobre as competências que poderiam tornar a sua formação mais adequada às competências requeridas no estágio que estavam a realizar. As competências mais referidas (Figura 8) foram a capacidade de expressão em língua(s) estrangeira(s) (37,0%), a capacidade de comunicação com públicos diferenciados (34,6%) e competências de trabalho em equipa (33,3%).

Figura 8 - Competências que os inquiridos acrescentariam à formação obtida para a tornar mais apropriada à atividade de estágio



5.4 - Graduados que se encontram desempregados

No total da amostra 142 indivíduos classificaram-se como desempregados. Cerca de metade dos mesmos não tinha tido nenhum emprego desde que terminou o curso (49,3%). Os restantes tiveram de 1 a 7 empregos, sendo que 29,6% tiveram um emprego e 14,1% dois (Tabela 20). As durações mais frequentes do primeiro emprego, entre estes indivíduos, foram de 9 meses (11 casos) e 12 meses (14 casos).

Tabela 20 - Número de empregos que os desempregados tiveram desde que terminaram o último curso na UP

Nº de empregos	Frequência	Percentagem (%)
0	70	49,3%
1	42	29,6%
2	20	14,1%
3	6	4,2%
4	3	2,1%
7	1	0,7%
Total	142	100%

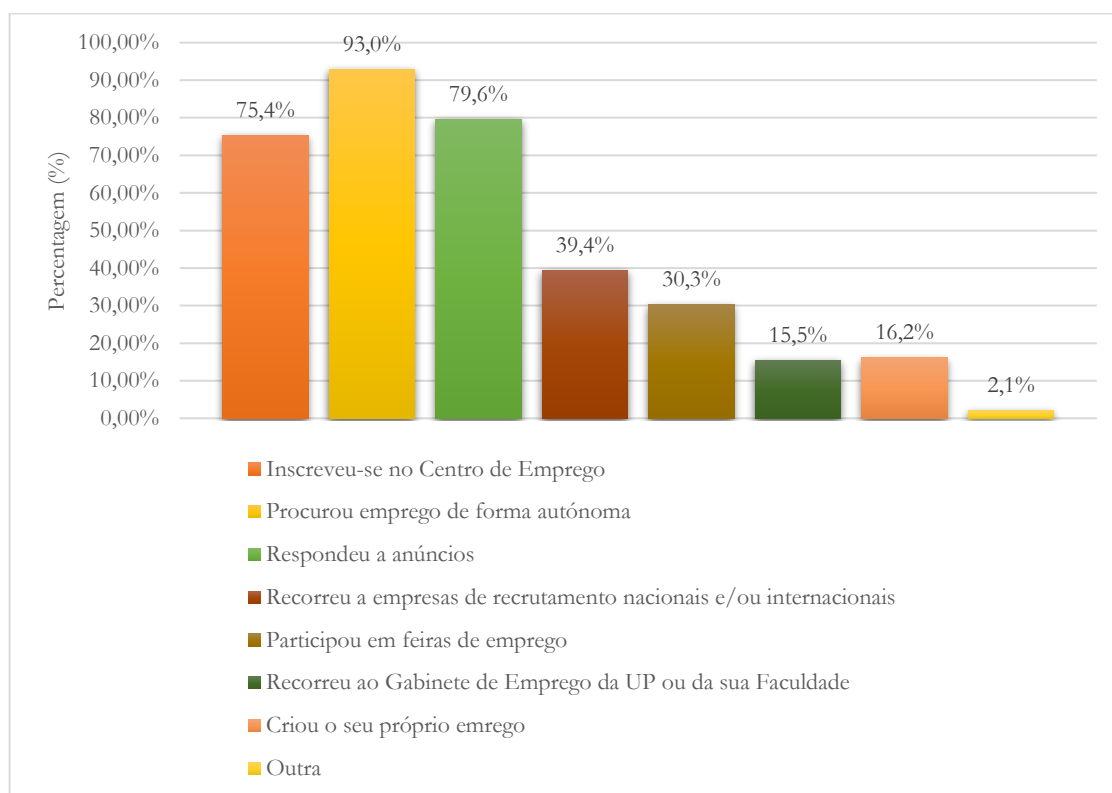
A Tabela 21 permite observar que dos indivíduos que não tiveram emprego desde que terminaram o seu curso, 72,9% eram licenciados. Apesar deste resultado poder ser explicado em parte pelo facto de os licenciados serem o grupo de graduados mais representado na subamostra dos desempregados e estudantes (ver Figura 2, p. 30), para os restantes números de empregos a predominância de licenciados não é tão grande. Isto pode indiciar que estes indivíduos têm mais dificuldade em encontrar o primeiro emprego do que os mestres.

Tabela 21 - Número de empregos que os desempregados tiveram desde que terminaram o último curso na UP de acordo com o seu grau académico

Nº de empregos	Licenciatura	Mestrado	Mestrado Integrado	Total
0	72,9%	20,0%	7,1%	100% (70 indivíduos)
1	42,9%	31,0%	26,2%	100% (42 indivíduos)
2	30,0%	40,0%	30,0%	100% (20 indivíduos)
3	33,3%	50,0%	16,7%	100% (6 indivíduos)
4	66,7%	33,3%	0,0%	100% (3 indivíduos)
7	0,0%	100%	0,0%	100% (1 indivíduo)

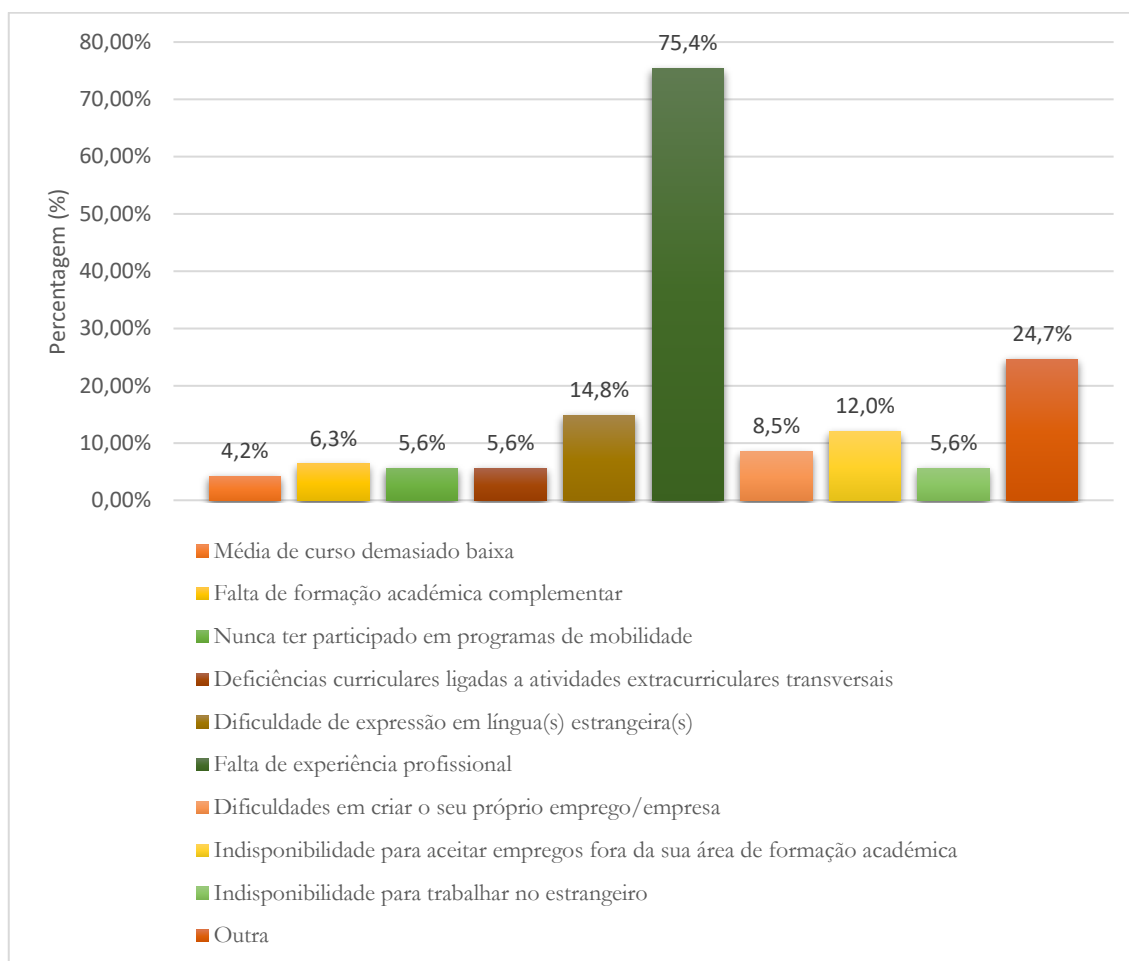
As diligências de procura de emprego realizadas pelos desempregados apresentam um comportamento idêntico às dos empregados (ver Figura 4, p. 34). Predominavam a procura autónoma de emprego (93,0%), a resposta a anúncios (79,6%) e a inscrição no Centro de Emprego (75,4%) (Figura 9).

Figura 9 - Diligências que os desempregados realizaram para encontrar emprego



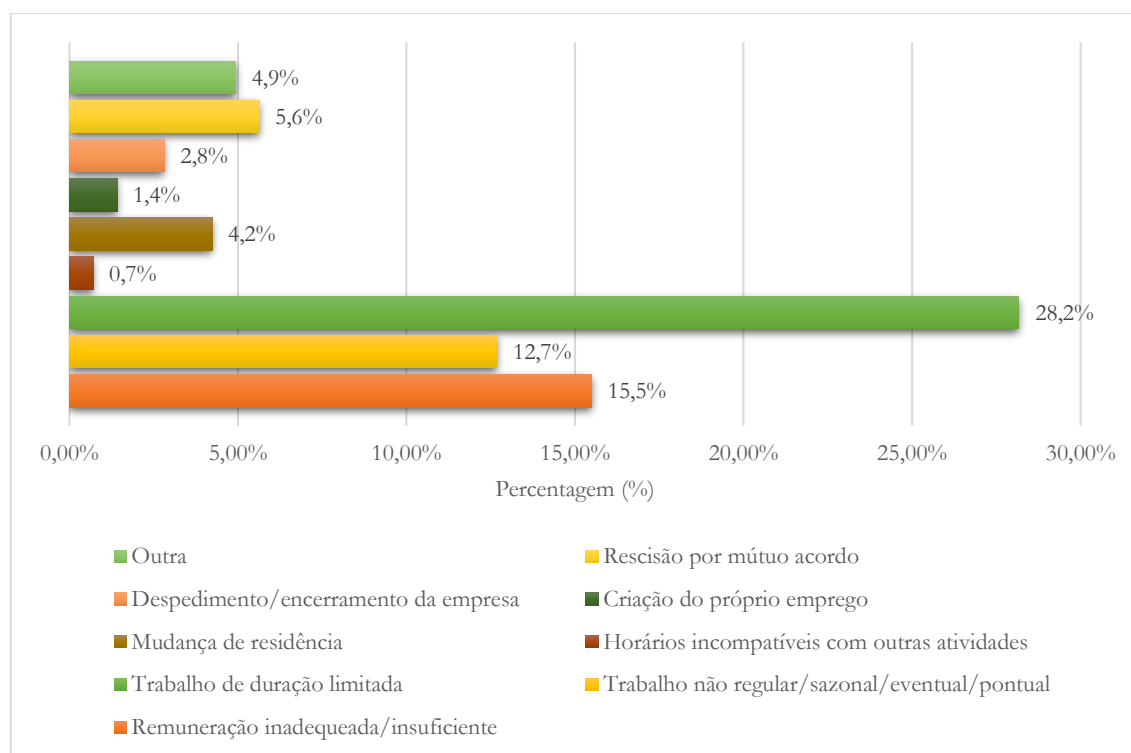
Os indivíduos que encontraram potenciais empregos e não foram selecionados para os mesmos assinalaram diversos motivos para tal (Figura 10). A falta de experiência profissional foi assinalada por 75,4% dos desempregados e apenas 14,8% julgou que se deveu a dificuldades de expressão em língua(s) estrangeira(as). Os motivos apontados pelos inquiridos, quer ligados a preferências pessoais (não querer trabalhar no estrangeiro ou indisponibilidade para aceitar empregos fora da sua área de formação académica), quer ligados a fatores curriculares (média de curso, falta de formação académica complementar, entre outras) foram referidos por um número reduzido de respondentes (nunca representando mais de 12% do total de desempregados).

Figura 10 - Motivos pelos quais os indivíduos não ficaram colocados nos potenciais empregos encontrados



Finalmente, os desempregados, que já tiveram pelo menos um emprego, também exibem um comportamento semelhante ao dos empregados, no que diz respeito às causas mais frequentes para o termo do emprego anterior (ver Figura 5, p. 35). De acordo com a Figura 11, os motivos assinalados com mais frequência foram o trabalho de duração limitada (28,2%), como por exemplo, estágio profissional ou contrato a termo certo. Remuneração inadequada ou insuficiente (15,5%) e também o facto de se tratar de um trabalho não regular (12,7%).

Figura 11 – Razões para o termo do emprego anterior



5.5 - Bolseiros de investigação

No que concerne aos bolseiros de investigação, na amostra foram registados 116 bolseiros. Destes, uma maioria de 58,6% possuía uma bolsa de doutoramento e 16,4% tinha um contrato de investigação (Tabela 22).

Tabela 22 - O âmbito da bolsa

O âmbito da bolsa	Frequência	Percentagem (%)
Contrato de investigação	19	16,4%
Doutoramento	68	58,6%
Mestrado	29	25,0%
Pós-doutoramento	0	0,0%
Total	116	100%

O trabalho de investigação era realizado sobretudo em Portugal (90,5%) e o valor mensal da bolsa (líquido) da maioria dos bolseiros estava compreendido entre 801€ e 1000€ (87,1%). Este resultado traduz os valores tabelados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para as bolsas de investigação⁵ em Portugal, na medida em que a maioria de indivíduos desta componente são bolseiros de investigação, que desenvolvem a sua investigação em Portugal, com o grau de mestre. Do total dos bolseiros de investigação, apenas 1,7% recebia uma bolsa de valor inferior a 515€ (Tabela 23).

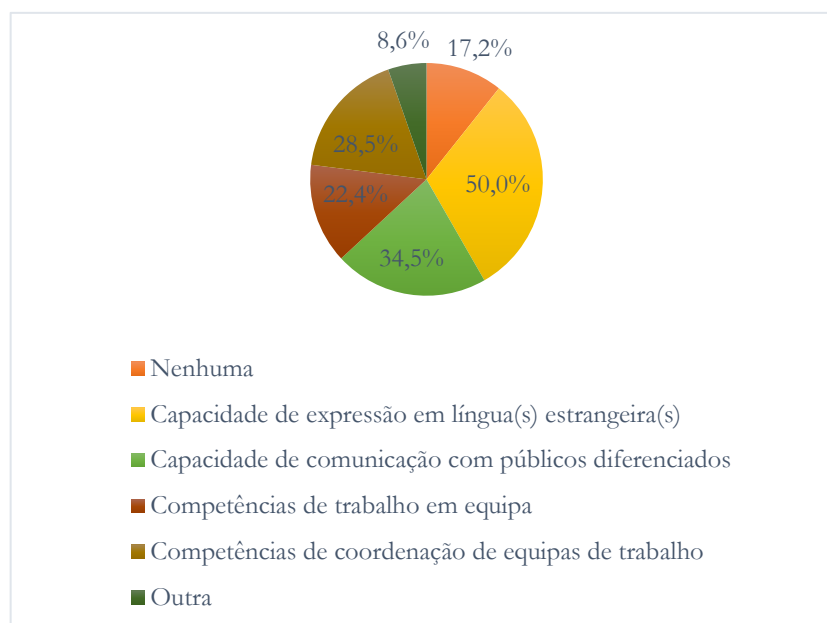
Tabela 23 - O valor mensal da bolsa conforme o âmbito da bolsa

O valor mensal líquido da bolsa (euros)	Contrato de investigação	Doutoramento	Mestrado	Total
Igual ou inferior a 515	0,0%	0,0%	6,9%	1,7%
de 516 a 800	5,3%	0,0%	3,4%	1,7%
de 801 a 1000	89,5%	86,8%	86,2%	87,1%
de 1001 a 1400	5,3%	5,9%	3,4%	5,2%
Superior 1401	0,0%	7,3%	0,0%	4,3%
Total de indivíduos	19	68	29	116

No que toca ao grupo de questões sobre as competências que os bolseiros acrescentariam à formação obtida para a tornar mais adequada à atividade de investigação, os resultados não são substancialmente diferentes dos reportados pelos empregados e pelos estagiários (ver Figura 7, p. 37 e Figura 8, p. 40), dado que a comunicação em línguas estrangeiras e competências relacionados com a coordenação de equipas de trabalho estão, uma vez mais, entre as mais referidas. 17,2% não identificaram falhas na formação obtida. Entre os restantes alternativas, as mais referidas foram a capacidade de comunicação com públicos diferenciados (34,5%) e as competências de trabalho em equipa (22,4%) (Figura 12).

⁵ O valor de uma bolsa de investigação, em Portugal, para um indivíduo com o grau de mestre é de 980€. Consultar *Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.* para informação mais detalhada.

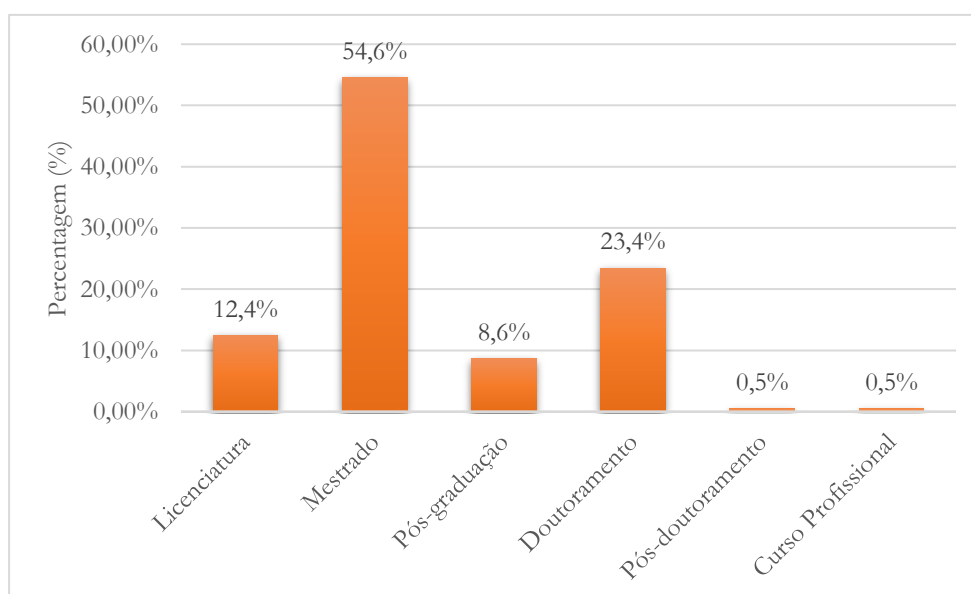
Figura 12 - Competências que os bolsiros de investigação acrescentariam à formação obtida para a tornar mais apropriada à atividade de investigação



5.6 - Estudantes

A base de dados contém 209 estudantes à data do preenchimento do inquérito. Dos mesmos, 54,5% e 23,4% estavam inscritos em Mestrado e Doutoramento, respetivamente (Figura 13).

Figura 13 – Nível/Tipo de formação



É relevante referir que a amostra contém, quer estudantes que optaram por se formar novamente no mesmo ciclo de estudos, quer estudantes que optaram por prosseguir para um ciclo de estudos mais elevado do que o que possuíam. Uma parte dos estudantes (21,1%) com o grau de licenciado inscreveu-se novamente num curso de 1º ciclo de outra área de formação, enquanto outra parte (64,2%) optou por aprofundar a sua formação dentro da mesma área, inscrevendo-se em cursos do 2º ciclo. No que toca aos mestres, estes inscreveram-se maioritariamente em cursos do 2º ciclo de estudos ou em cursos do 3º ciclo. A maioria (54,0%) dos diplomados dos Mestrados inscreveu-se em cursos de 3º ciclo de estudos, enquanto a maioria (54,0%) dos diplomados dos Mestrados Integrados optou por se inscrever no 2º ciclo de estudos.

Os alunos inscritos em Doutoramento nas FCUP e FEUP representavam um total de 53,1% dos alunos de Doutoramento da amostra. Dentro dos alunos que estavam a frequentar um Mestrado, 62,3% pertenciam às unidades orgânicas FCUP, FEP, FEUP e FLUP. No que toca aos alunos inscritos numa licenciatura, 38,4% eram provenientes das FCUP e FLUP.

A Tabela 24 foi elaborada com base na informação sobre os alunos que a 30 de setembro de 2016 frequentavam um determinado ciclo de estudos na UP, ou seja, no ano letivo de 2016/2017 e sobre os alunos inscritos na UP no ano letivo de 2015/2016. Não é esperado uma grande discrepância entre os dois grupos, uma vez que os alunos que entraram para um determinado ciclo de estudos em 2015/2016 se devem encontrar no 2º ano do mesmo ciclo de estudos (ou no 1º ano) em 2016/2017. Como as FCUP, FEP, FEUP e FLUP são destacadas das restantes UO, visto que têm um peso considerável na amostra, é relevante notar que os indivíduos das FEUP e FLUP, independentemente do tipo de curso, estão sobrerrepresentados na amostra. Já os indivíduos da FCUP inscritos em Licenciatura estão sub-representados e inscritos em Mestrado e Doutoramento estão sobrerrepresentados. Por último, os alunos da FEP inscritos em Doutoramento estão sobrerrepresentados, enquanto os que estão inscritos em Licenciatura e Mestrado estão sub-representados.

Tabela 24 - Distribuição dos estudantes pelas 14 UO da UP de acordo com tipo de curso, no ano letivo 2015/2016⁶

Unidade orgânica	Licenciatura amostra	Licenciatura universo	Mestrado amostra	Mestrado universo	Doutoramento amostra	Doutoramento universo
FADEUP	-	6,5%	1,8%	8,7%	4,1%	3,8%
FAUP	-	-	-	-	2,0%	2,6%
FBAUP	3,8%	6,3%	9,6%	6,2%	4,1%	4,2%
FCNAUP	3,8%	4,8%	-	1,1%	2,0%	1,5%
FCUP	19,2%	20,7%	22,8%	19,2%	20,4%	12,6%
FDUP	11,5%	9,2%	3,5%	2,7%	6,1%	1,8%
FEP	15,4%	20,5%	11,4%	19,4%	6,1%	4,0%
FEUP	3,8%	0,4%	11,4%	9,2%	32,7%	26,3%
FFUP	-	-	6,1%	2,5%	-	4,4%
FLUP	19,2%	27,9%	16,7%	19,3%	2,0%	7,3%
FMDUP	-	-	1,8%	0,19%	-	1,8%
FMUP	-	-	1,8%	3,1%	10,2%	9,3%
FPCEUP	11,5%	2,6%	3,5%	4,5%	8,2%	5,5%
ICBAS	11,5%	1,0%	9,6%	4,1%	2,0%	15,0%
Total de % (indivíduos)	100% (26)	100% (1851)	100% (114)	100% (1602)	100% (49)	100% (453)

Os estudantes que escolheram aprofundar a sua formação, revelaram que, em parte, a sua decisão foi afetada pelo facto de ser necessário um determinado grau académico ou curso para obter o emprego desejado. Deste modo, 23% dos estudantes que frequentavam um curso pós-graduado, afirmaram que a pós-graduação era uma condição para acesso ao exercício de uma determinada atividade profissional. Por último, os alunos também foram inquiridos sobre a expectativa de encontrar um emprego na sua área de formação, sendo que 89,5% dos estudantes declararam que acreditavam na obtenção de emprego na sua área de formação.

⁶ Os dados relativos ao universo dos estudantes da UP foram retirados da publicação Universidade do Porto – Gabinete de Estudos Estratégicos e Melhoria Contínua (2017). *Diplomados pela U.Porto de ciclo de estudos (cursos conferentes de grau)* 2017, tendo sido utilizados os grupos L1, M2 e D3 do referido documento.

6 – Modelos explicativos da atividade/inatividade dos diplomados

Com base na autoclassificação dos inquiridos relativamente à sua situação face ao mercado de trabalho, é possível reclassificar os indivíduos da amostra nas categorias “Ativo” ou “Inativo”. Com base na classificação do INE (consultar Anexo 3), são considerados “Ativos” os indivíduos que estão a trabalhar, a realizar estágio remunerado, desempregados e os que estão na situação de bolseiro de investigação com um contrato de investigação. Por sua vez, os indivíduos considerados “Inativos” são os estagiários não remunerados, os bolseiros de investigação que possuem uma bolsa de investigação e os estudantes.

O número e percentagem de graduados classificados como “Ativos” ou “Inativos” é apresentado na Tabela 25. Para calcular o número de indivíduos “Ativos” são somados o número de indivíduos a trabalhar com o número de indivíduos a realizar estágio remunerado, o número de indivíduos desempregados e o número de indivíduos bolseiros com contrato de investigação. Para calcular o número de indivíduos “Inativos” são somados o número de indivíduos a realizar estágio não remunerado com o número de indivíduos bolseiros com bolsa de investigação e o número de indivíduos que se encontra a estudar.

Tabela 25 – Divisão da amostra entre graduados ativos e inativos

Reclassificação em indivíduos ativos e inativos		
Ativo	1009	84,0%
Inativo	192	16,0%
Total	1201	100%

A partir da Tabela 26 é possível constatar que a distribuição por género é semelhante nos grupos dos ativos e dos inativos, sendo muito próxima da distribuição total da amostra reportada na Figura 1 (p. 24) do capítulo anterior.

Tabela 26 – Distribuição dos graduados ativos e inativos por género

	Ativo	Inativo
Feminino	56,0%	55,7%
Masculino	44,0%	44,3%
Total	100% (1009 indivíduos)	100% (192 indivíduos)

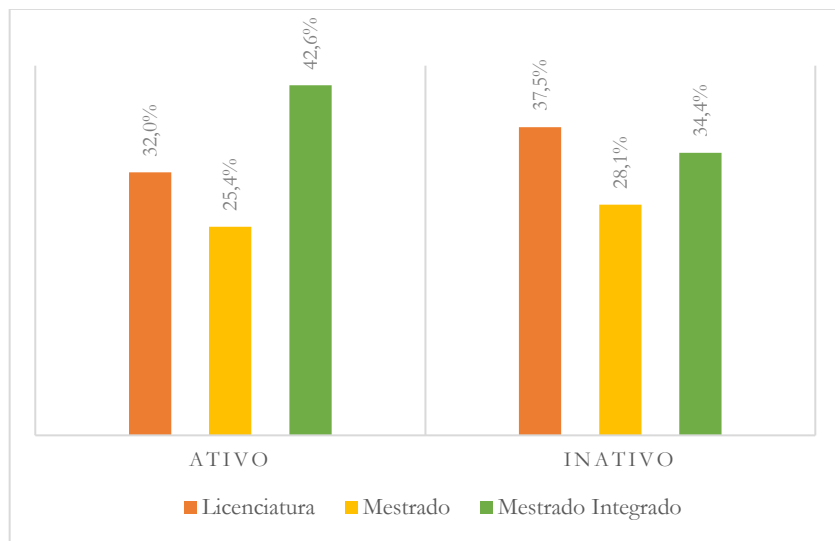
A estrutura etária dos ativos e inativos também é semelhante, seguindo a tendência do total da amostra, tendo a maioria dos inquiridos, pertencentes a estes dois grupos, uma idade compreendida entre os 24 e os 27 anos (Tabela 27).

Tabela 27- Distribuição dos indivíduos ativos e inativos por grupos etários

Idade	Ativo	Inativo
22-23	12,3%	14,1%
24-25	37,4%	37,5%
26-27	27,8%	27,6%
28-30	9,3%	10,4%
31-35	6,2%	6,3%
36-40	3,5%	1,6%
41-78	3,5%	2,6%
Total	100% (1009 indivíduos)	100% (192 indivíduos)

Já no que diz respeito à distribuição dos indivíduos ativos e inativos por grau académico mais elevado, verifica-se (Figura 14) que a maioria dos indivíduos ativos completou um Mestrado Integrado, enquanto no grupo dos inativos se registou uma maior percentagem de indivíduos cujo grau académico mais elevado é a Licenciatura. Esta predominância de licenciados no grupo dos inativos acaba por não ser surpreendente se tivermos em conta que, acabando a licenciatura, muitos indivíduos optam por prosseguir os estudos, não entrando mercado de trabalho.

Figura 14 – Distribuição dos graduados ativos e inativos por grau académico



No que diz respeito à classificação final nos respetivos cursos, é visível na Tabela 28, que as classificações finais dos indivíduos ativos e inativos tendem a não apresentar diferenças substanciais, sendo as médias mais elevadas de ambos os grupos de indivíduos obtidas nos Mestrados e as mais baixas nas Licenciaturas.

Tabela 28 – Distribuição das classificações finais médias por indivíduos ativos e inativos

Tipo de curso	Ativo	Inativo
Licenciatura	13,7	13,9
Mestrado	16,2	16,1
Mestrado Integrado	14,2	14,5
Total	14,5	14,7

A análise econométrica efetuada neste trabalho tem como objetivo analisar as determinantes das situações de “Ativo” e “Inativo” dos graduados. Pretende-se distinguir as características sociodemográficas e relacionadas com o percurso académico que estão significativamente associadas a uma maior probabilidade de um determinado graduado se encontrar “Ativo” ou “Inativo”. Este tipo de análise será efetuado separadamente para licenciados e mestres, assim como para diferentes unidades orgânicas. É tido como objetivo clarificar os fatores que

influenciam a probabilidade de um dado graduado se encontrar ativo ou inativo e se os mesmos variam de acordo com o grau acadêmico e com a unidade orgânica em que os mesmos se graduaram. Desta forma, a análise econométrica procurará responder a questões como:

- “Será que graduados mais velhos têm maior probabilidade de se encontrarem ativos?”
- “Será que graduados do sexo feminino têm maior probabilidade de se encontrarem ativos?”
- “Será que graduado com uma classificação final de curso mais elevada têm maior probabilidade de se encontrarem ativos?”

Para a realização da análise econométrica foi escolhido o modelo *probit*. Este é um modelo de escolha discreta binária, isto é, no qual a variável dependente pode assumir dois valores diferentes, 0 e 1. Neste caso concreto, o valor 1 corresponderá aos indivíduos classificados como “Ativos” e o valor 0 aos indivíduos classificados como “Inativos”. O objetivo deste modelo é o de estimar a probabilidade de um indivíduo com determinadas características, dadas pelas variáveis independentes do mesmo, pertencer a uma das duas categorias consideradas, assim como os efeitos marginais associados a variações nessas características na probabilidade referida.

Tal como foi anteriormente referido, serão estimados modelos para diferentes grupos de indivíduos, separados por grau acadêmico e por unidade orgânica. Nos modelos a estimar, a variável de interesse, Y_i , é uma variável binária definida como igual a 1 para os indivíduos ativos e igual a 0 para os indivíduos inativos. É pressuposto que a variável binária Y é a manifestação observável da variável latente (não observável) Y_i^* , que representa a propensão de um indivíduo se encontrar ativo ou inativo, e que depende de um conjunto de variáveis explicativas. Esta pode ser representada como:

$$Y_i^* = X_i\beta + u_i$$

onde,

X_i é um vetor com as variáveis explicativas dependentes;

β é um vetor com os coeficientes associados às variáveis;

u_i é o termo de erro que, por hipótese, segue uma distribuição normal.

Define-se a relação entre as variáveis Y e Y_i^* , de acordo com uma regra do tipo:

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se } Y_i^* > 0 \\ 0, & \text{se } Y_i^* \leq 0 \end{cases}$$

Tal como explicado em seções anteriores, do tratamento da informação resultante dos inquéritos, resultaram variáveis que podem ser agrupadas em duas categorias: variáveis sociodemográficas e variáveis associadas ao percurso académico. Com base nas mesmas foram construídas variáveis binárias respeitantes à idade, à classificação final de curso dos indivíduos e à unidade orgânica, que tiveram por base, respetivamente, as idades previstas para a conclusão dos cursos, a estatística descritiva referente às classificações finais de curso dos estudantes e a unidade orgânica em que os mesmos estudaram.

No caso das *dummies* da idade, foi tido em conta a idade esperada da conclusão de curso aquando da resposta ao inquérito para os indivíduos que, tendo ingressado no ensino superior até aos 18 anos, concluíram o seu curso dentro do tempo previsto. Por exemplo, é esperado que um indivíduo inscrito numa Licenciatura de três ou quatro anos termine com 20, 21 ou 22 anos e tenha consequentemente 22, 23 ou 24 anos aquando da resposta ao inquérito. Já para um aluno de um Mestrado Integrado com duração de cinco ou seis anos é esperado que termine o curso com 22, 23 ou 24 anos, tendo assim 24, 25 ou 26 anos aquando da resposta ao inquérito. Desta forma, em cada um dos modelos estimados, são usadas as variáveis binárias que mais se adequam ao grupo de indivíduos em questão.

Por sua vez, a construção das *dummies* relativas à classificação final de curso, é baseada na estatística descritiva relativa a esta característica do percurso académico dos estudantes. Para cada modelo estimado são utilizadas variáveis binárias construídas em torno dos valores médios das classificações finais de curso reportadas na estatística descritiva. Assim sendo, os modelos estimados, cujos resultados são apresentados nas Tabelas 29 a 32, utilizam *dummies* relativas à idade, à classificação final de curso e ao género, consoante as mesmas se revelem

adequadas ao modelo em questão, sendo pretendido que as variáveis explicativas sejam estatisticamente significativas e que os modelos sejam o mais parcimoniosos possível⁷. Para além das estimativas dos modelos *probit*, nas Tabelas 29 a 32 são ainda reportados os valores dos efeitos marginais, tendo estes sido calculados com base nos efeitos marginais médios. É tido em conta o valor da variável explicativa em questão para cada observação, sendo os efeitos marginais calculados com base na média de todos os valores obtidos para a amostra.

Conforme explicado anteriormente começaram por ser estimados modelos para as subamostras de mestres e licenciados. A Tabela 29 contém os resultados para os mestres e a Tabela 30 os resultados para os licenciados.

No modelo para a subamostra dos mestres é usada uma variável que traduz a idade dos indivíduos até aos 26 anos inclusive, enquanto no modelo para os licenciados é usada uma variável que traduz a idade dos indivíduos até aos 23 anos inclusive, dado que estas idades correspondem à idade máxima esperada para os indivíduos que concluíram o ciclo de estudos respetivo dentro do tempo previsto:

- ***idade_igualinferior_26*** (variável binária) - assume o valor 1 caso a idade do indivíduo for igual ou inferior a 26 anos e 0 caso contrário;
- ***idade_igualinferior_23*** (variável binária) - assume o valor 1 caso a idade do indivíduo for igual ou inferior a 23 anos e 0 caso contrário.

No que toca às médias, no modelo para a subamostra de mestres é usada uma variável que traduz a classificação final dos indivíduos inferior ou igual a 15 valores, enquanto no modelo dos licenciados é usada uma variável que traduz a classificação final inferior ou igual a 13 valores:

- ***media_igualinferior_15*** (variável binária) - assume o valor 1 caso a média do indivíduo seja igual inferior a 15 valores e 0 caso contrário,

⁷ A generalidade dos modelos para as UO (Tabelas 30 e 31) foram estimados com um número reduzido de observações, sendo apenas reportados os resultados dos modelos para os quais foram obtidos resultados estatisticamente significativos. Importa ainda referir que para além das variáveis reportadas nas várias tabelas, outras variáveis binárias relativas à idade e à classificação final de curso foram testadas, tendo-se optado pelas que se traduziam numa melhor qualidade de ajustamento do modelo.

- **media_igualinferior_13** (variável binária) - assume o valor 1 caso a média do indivíduo seja igual inferior a 13 valores e 0 caso contrário.

Tabela 29- Resultados obtidos para os mestres

Variáveis	Coeficientes	Efeitos Marginais
idade_igualinferior_26	0,238**	0,055**
media_igualinferior_15	0,192*	0,044*
Constante	0,789***	
Pseudo R ²	0,012	
Observações	806	806

Nota: Significância estatística: *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1

Os resultados obtidos revelam que os mestres com idade inferior ou igual a 26 anos têm maior probabilidade de se encontrarem ativos. Em média, a probabilidade destes indivíduos se encontrarem ativos é 5,5 pontos percentuais superior à dos indivíduos que têm idade superior a 26 anos. Outra característica que revelou ser estatisticamente significativa foi a nota final de conclusão do Mestrado. Indivíduos com uma classificação final igual ou inferior à classificação final média (15 valores) têm uma probabilidade de se encontrarem ativos 4,4 pontos percentuais superior à dos indivíduos que concluíram o Mestrado com uma classificação final superior a 15 valores.

Tabela 30 – Resultados obtidos para os licenciados

Variáveis	Coeficientes	Efeitos Marginais
idade_igualinferior_23	0,079	0,021
media_igualinferior_13	0,260*	0,068*
Constante	0,760***	
Pseudo R ²	0,008	
Observações	395	395

Nota: Significância estatística: *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1

Já através do modelo estimado para os licenciados, é possível concluir que indivíduos que terminaram a Licenciatura com média igual ou inferior a 13 valores têm uma probabilidade

6,8 pontos percentuais superior de se encontrarem ativos à dos indivíduos que terminaram a Licenciatura com média superior a 13 valores.

Na Tabela 31 são apresentados os resultados obtidos em modelos restritos por unidade orgânica. Quer no caso dos modelos por UO para os mestres, quer no caso dos modelos por UO para os licenciados, por motivos de parcimónia, apenas são reportados os resultados das UO para as quais foram obtidos resultados estatisticamente relevantes, pelo que nem todas as UO estão representadas na análise.

Nos modelos apresentados foram utilizadas as seguintes variáveis binárias:

- **idade_igualinferior_26** assume o valor 1 caso a idade do indivíduo for igual ou inferior a 26 anos e 0 caso contrário;
- **media_igualinferior_14** assume o valor 1 caso a média do indivíduo seja igual inferior a 14 valores e 0 caso contrário;
- **genero** assume o valor 1 caso o indivíduo seja do sexo masculino e 0 caso contrário.

Tabela 31 – Resultados obtidos para os mestres por UO

	FEP		FEUP		FPCEUP	
Variáveis	Coefficientes	Efeitos Marginais	Coefficientes	Efeitos Marginais	Coefficientes	Efeitos Marginais
idade_igualinferior_26			0,609***	0,124** *		
media_igualinferior_14			0,375*	0,076*		
genero	0,870**	0,206**			1,184*	0,124*
Constante	0,595**		0,526***		0,765	
Pseudo R ²	0,083		0,056		0,161	
Observações	57	57	292	292	48	48

Nota: Significância estatística: *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1

Nos modelos com um menor número de observações foi obtido um menor número de resultados estatisticamente significativos. Ainda assim, importa destacar que para o modelo

restrito à FEP, foi estimado que indivíduos do sexo masculino têm uma probabilidade 20,6 pontos percentuais maior de se encontrarem ativos do que os indivíduos do sexo feminino. Um resultado similar foi obtido para a FPCEUP, onde mestres do sexo masculino revelaram uma propensão 12,4 pontos percentuais superior de se encontrarem ativos. Já no modelo estimado para a FEUP, modelo para o qual o número de observações é maior, os resultados tenderam a confirmar os que foram obtidos no modelo com todos os mestres. Isto é, indivíduo com idade igual ou inferior a 26 anos e com uma classificação final de curso igual ou inferior à classificação final média, têm uma maior probabilidade de se encontrarem ativos. Neste caso em concreto, foi estimado que, em média, os indivíduos com idade igual ou inferior a 26 anos têm uma probabilidade 12,4 pontos percentuais maior de se encontrarem ativos do que os restantes, e que os indivíduos com classificação final de curso igual ou inferior a 14 valores, têm uma probabilidade 7,6 pontos percentuais maior de se encontrarem ativos do que os que obtiveram uma classificação final superior a 14 valores.

Por fim, na Tabela 32 são apresentados os resultados obtidos nas estimações de modelos restritos aos licenciados por UO. É utilizada a *dummy* que identifica os indivíduos com idade igual ou inferior a 24 anos, assim como as *dummies* relativas à classificação final do curso e ao género dos indivíduos. Tal como nos modelos apresentados na tabela anterior, o número de observações tende a ser pequeno.

Tabela 32 – Resultados obtidos para os licenciados por UO

Variáveis	FCUP		FDUP		FLUP	
	Coeficientes	Efeitos Marginais	Coeficientes	Efeitos Marginais	Coeficientes	Efeitos Marginais
idade_igualinferior_24	0,598	0,174			0,124	0,029
media_igualinferior_13	0,662*	0,192**			0,583*	0,134*
genero			0,989*	0,162*		
Constante	-0,012		0,605		0,751**	
Pseudo R ²	0,042		0,110		0,034	
Observações	105	105	47	47	97	97

Nota: Significância estatística: *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,1

Para os licenciados da FCUP, é estimado que ter terminado o curso com uma classificação final igual inferior a 13 valores, relativamente a ter terminado o curso com classificação final superior a 13 valores, esteja associado a um incremento de 19,2 pontos percentuais da probabilidade de um dado indivíduo se encontrar ativo. Um resultado semelhante foi obtido para os licenciados da FDUP. Neste grupo de indivíduos, ter terminado o curso com uma classificação final igual inferior a 13 valores, está associado a um incremento de 13,4 pontos percentuais da probabilidade de um dado indivíduo se encontrar ativo.

De forma semelhante ao que aconteceu no modelo relativo aos mestres da FEP, no modelo para os licenciados da FDUP, obteve-se um coeficiente positivo e estatisticamente significativo na variável que traz o género do indivíduo. Neste caso em particular, é estimado que, em média, indivíduos do sexo masculino tenham uma probabilidade 16,2 pontos percentuais superior de se encontrarem ativos do que os indivíduos do sexo feminino.

Em suma, três resultados principais foram encontrados, sendo alguns deles mais frequentes que outros. O primeiro é o de que indivíduos com uma classificação finais mais baixas têm uma maior probabilidade de ingressar no mercado de trabalho. Este resultado pode ser motivado pelo facto de os alunos com classificações finais mais elevadas terem maior propensão a prosseguir os estudos e maior facilidade em obter bolsas para a frequência de ciclos de estudos mais avançados. O segundo é o de que indivíduos que concluíram o curso dentro da idade prevista para tal têm uma maior probabilidade de se encontrarem ativos. Este resultado poderá ser uma consequência do facto de alguns dos indivíduos mais velhos ingressarem no ensino superior na sequência de se encontrarem temporariamente desempregados ou numa situação de desemprego de longa duração, tendo os mesmos maior dificuldade em ingressar no mercado de trabalho mesmo após a conclusão do curso. O terceiro, e menos frequente, é o de que indivíduos do sexo masculino têm uma maior probabilidade de se encontrarem ativos do que indivíduos do sexo feminino.

7 - Conclusão

O presente trabalho utiliza inquéritos implementados junto de alunos da Universidade do Porto para estudar a situação dos graduados (licenciados e mestres) face ao mercado de trabalho (empregado, estagiário, desempregado, bolseiro de investigação ou estudante) decorridos dois anos após a conclusão do ciclo de estudos. Os dados provenientes do inquérito permitiram ainda reclassificar os indivíduos em dois grupos, ativos e inativos, com o objetivo de identificar os fatores que influenciam a propensão à atividade dos graduados.

Os dados do inquérito permitiram caracterizar várias dimensões da relação entre os recém-graduados e o mercado de trabalho. Uma percentagem elevada dos mesmos revelou ter transitado para o mercado de trabalho através de um emprego que correspondeu à sua área de formação (68,7%). Os indivíduos empregados procuraram o seu primeiro emprego sobretudo de forma autónoma, através do envio de CV para empresas ou contactos diretos com empregadores (66,4%). O aspeto mais vezes referido pelos mesmos como relevante para o acesso ao emprego foi a formação académica complementar, como o Mestrado ou o Doutoramento (49,3%), e a competência mais vezes referida como relevante no desempenho da sua atividade profissional foi a coordenação de equipas de trabalho (42,4%). Estes resultados corroboram algumas conclusões de outros estudos referidos na revisão de literatura, nomeadamente no que respeita a que os cursos de segundo e terceiro ciclo e as *soft-skills* são cada vez mais necessários como fatores diferenciadores dos indivíduos no mercado de trabalho. No mesmo sentido, o domínio de línguas estrangeiras foi destacado pelos estagiários como uma competência relevante, tendo sido referido pelos inquiridos que os currículos académicos deveriam dar uma maior importância às mesmas. Também os bolseiros de investigação, indivíduos maioritariamente provenientes das áreas de Ciências e Engenharia, referiram as línguas estrangeiras e as competências relacionadas com a coordenação de equipas de trabalho como competências em que os currículos académicos deveriam incidir mais para serem mais adequados à sua atividade.

Cerca de metade dos indivíduos que se encontravam desempregados da amostra não tinha tido nenhum emprego desde que terminou o curso, sendo que a procura de emprego feita pela maior parte dos mesmos (93%) foi efetuada de forma autónoma. Os desempregados revelaram estar mais concentrados nas áreas de formação de Ciências e de Letras (48,6%).

Adicionalmente, um número considerável dos indivíduos deste grupo referiu a falta de experiência profissional como um dos motivos principais para não terem sido selecionados para um emprego.

No caso dos indivíduos que continuaram a estudar, é relevante referir que 21,1% dos mesmos são indivíduos com o grau de licenciado que se inscreveu novamente num curso de 1º ciclo de outra área de formação, tendo 64,2% optado por aprofundar a sua formação dentro da mesma área, inscrevendo-se em cursos do 2º ciclo. A maioria (54,0%) dos diplomados com grau de Mestre inscreveu-se em cursos de 3º ciclo de estudos, enquanto a maioria (54,0%) dos diplomados dos Mestrados Integrados optou por se inscrever no 2º ciclo de estudos. Isto indica que, de um modo geral, o aprofundamento da formação dentro da mesma área de estudos é mais comum do que a realização de uma formação complementar noutra área.

Procurou-se compreender o que leva os indivíduos com o grau de Mestre e com o grau de Licenciado a entrarem no mercado de trabalho face à alternativa de continuarem a estudar. Os resultados obtidos revelam que, em média, a probabilidade de os mestres com idade inferior ou igual a 26 anos se encontrarem ativos é 5,5 pontos percentuais superior à dos restantes indivíduos. Indivíduos com uma classificação final igual ou inferior 15 valores têm uma probabilidade de se encontrarem ativos 4,4 pontos percentuais superior à dos indivíduos que concluíram o Mestrado com uma classificação final superior a 15 valores. Já para os licenciados, foi possível concluir que indivíduos que terminaram a Licenciatura com média igual ou inferior a 13 valores têm uma probabilidade 6,8 pontos percentuais superior de se encontrarem ativos face aos indivíduos que terminaram a Licenciatura com média superior a 13 valores.

Nos modelos restritos por UO foi estimado que indivíduos da FEP do sexo masculino e com o grau de Mestre têm uma probabilidade 20,6 pontos percentuais maior de se encontrarem ativos do que os indivíduos do sexo feminino com o mesmo grau académico. Um resultado similar foi obtido para a FPCEUP, onde os mestres do sexo masculino revelaram uma propensão 12,4 pontos percentuais superior de serem ativos. Também no caso dos licenciados da FDUP, o género demonstrou ser uma variável explicativa significativa. Nos modelos estimados para os mestres FEUP, para os licenciados da FCUP e para os licenciados da FDUP concluiu-se que classificações finais de curso mais baixas estão

associadas a uma maior probabilidade de os indivíduos se encontrarem ativos. Por fim, no caso dos Mestres da FEUP, concluiu-se que, em média, os indivíduos com idade igual ou inferior a 26 anos têm uma probabilidade 12,4 pontos percentuais maior de se encontrarem ativos do que os restantes. Desta forma, idade, género e classificação final de curso revelaram ter um papel relevante na determinação da situação dos inquiridos. Os resultados obtidos corroboram também a ideia de que estar empregado não é necessariamente sinónimo de ser empregável. Assim, dado que terminar o curso com uma classificação final mais elevada é um sinal de maior aptidão e competência para o mercado de trabalho, indivíduos com classificações finais de curso mais elevadas serão, em princípio, mais empregáveis. No entanto, a análise efetuada revela que estes têm também uma maior probabilidade de se encontrarem inativos dado que optam, mais frequentemente, por prosseguir estudos, não estando assim em muitos casos empregados, pelo menos no curto prazo, na sequência da obtenção de um grau académico.

Ao longo do trabalho foi possível observar certas limitações da amostra utilizada, tendo uma delas a ver com a autosseleção na resposta ao inquérito. De facto, a amostra pode conter enviesamentos, na medida em que os diplomados têm motivações distintas para responder ao inquérito e sendo que a opção de responder pode ser influenciada pela situação de cada indivíduo face ao mercado de trabalho. Desta forma, é provável que a amostra seja enviesada para os extremos, visto que os indivíduos que se encontram em situações mais favoráveis ou mais desfavoráveis serão os que têm maior tendência para responder ao inquérito. Outra limitação reside no reduzido número de características sociodemográficas dos indivíduos recolhidas no inquérito o que restringe o número de variáveis explicativas que podem ser usadas nos modelos econométricos. Por último, importa destacar o facto da análise se focar nos graduados de um único ano de estudos, sendo por isso altamente sensível às condições macroeconómicas e do mercado de trabalho do período temporal em questão.

8 – Referências bibliográficas

- Calvet, J. B., & Collado, M. B. (março, 2015). Master's degrees and Bachelor's degrees: How to increase employability for former students, *Proceedings of INTED2015 Conference, Madrid, Spain*.
- Cardoso, A. R., & Ferreira, P. (2009). The dynamics of job creation and destruction for University graduates: why a rising unemployment rate can be misleading. *Applied Economics*, 41(19), 2513-2521.
- Cardoso, J. L., Escária, V., Ferreira, V. S., Madruga, P., & Raimundo, A. (2014). Employability and higher education in Portugal. *Journal of Graduate Employability*, 17-31.
- Cerdeira, L., Machado-Taylor, M. D. L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Brites, R., Gomes, R., ... & Silva, S. (2016). Brain drain and the disenchantment of being a higher education student in Portugal. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 38(1), 68-77.
- Chhinzer, N., & Russo, A. M. (2018). An exploration of employer perceptions of graduate student employability. *Education+ Training*, 60(1), 104-120.
- Ferreira, J. M. M., & Pechincha, P. (2016). Diplomados pela U. Porto de ciclos de estudos (cursos conferentes de grau) 2014. *Gabinete de Estudos Estratégicos e Melhoria Contínua*, Universidade do Porto, Reitoria.
- Ferreira, J. M. M., & Pechincha, P. (2017). Diplomados pela U. Porto de ciclos de estudos (cursos conferentes de grau) no ano letivo 2015-2016. *Gabinete de Estudos Estratégicos e Melhoria Contínua*, Universidade do Porto, Reitoria.
- Figueiredo, H., Biscaia, R., Rocha, V., & Teixeira, P. (2017 b). Should we start worrying? Mass higher education, skill demand and the increasingly complex landscape of young graduates' employment. *Studies in Higher Education*, 42(8), 1401-1420.
- Figueiredo, H., Portela, M., Sá, C., Cerejeira, J., Almeida, A., & Lourenço, D. (2017 a). Benefícios do ensino superior. *Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos*.

- Finch, D. J., Hamilton, L. K., Baldwin, R., & Zehner, M. (2013). An exploratory study of factors affecting undergraduate employability. *Education+ Training*, 55(7), 681-704.
- Kallio, R. E. (1995). Factors influencing the college choice decisions of graduate students. *Research in Higher Education*, 36(1), 109-124.
- Livanos, I., & Nuñez, I. (2016). Better safe than sorry? The role of stratification and quality of higher education in the labour market outcomes of graduates across Europe. *Economic and Industrial Democracy*, 37(2), 345-372.
- Marginson, S. (2015, December). Rethinking education, work and 'employability' Foundational problems of human capital theory. In *SRHE conference, Newport, Wales* (Vol. 9).
- Pheko, M. M., & Molefhe, K. (2017). Addressing employability challenges: A framework for improving the employability of graduates in Botswana. *International Journal of Adolescence and Youth*, 22(4), 455-469.
- Piróg, D. (2016). The impact of degree programme educational capital on the transition of graduates to the labour market. *Studies in Higher Education*, 41(1), 95-109.
- Qenani, E., MacDougall, N., & Sexton, C. (2014). An empirical study of self-perceived employability: Improving the prospects for student employment success in an uncertain environment. *Active Learning in Higher Education*, 15(3), 199-213.
- Sarkar, M., Overton, T., Thompson, C., & Rayner, G. (2016). Graduate employability: Views of recent science graduates and employers. *International Journal of Innovation in Science and Mathematics Education (formerly CAL-laborate International)*, 24(3).
- Schomburg, H., & Teichler, U. (2007). *Higher education and graduate employment in Europe: results from graduates surveys from twelve countries* (Vol. 15). Springer Science & Business Media.
- Silva, P., Lopes, B., Costa, M., Seabra, D., Melo, A. I., Brito, E., & Dias, G. P. (2016). Stairway to employment? Internships in higher education. *Higher Education*, 72(6), 703-721.

Sin, C., Tavares, O., & Amaral, A. (2016 a). Student perceptions of the employability of the first degree in Portugal. *Education+ Training*, 58(9), 966-983.

Sin, C., Tavares, O., & Amaral, A. (2016 b). Who is responsible for employability? Student perceptions and practices. *Tertiary Education and Management*, 22(1), 65-81.

Sojkin, B., Bartkowiak, P., & Skuza, A. (2012). Determinants of higher education choices and student satisfaction: the case of Poland. *Higher education*, 63(5), 565-581.

Tavares, O. (2013). Routes towards Portuguese higher education: students' preferred or feasible choices?. *Educational Research*, 55(1), 99-110.

Tavares, O. (2017). The role of students' employability perceptions on Portuguese higher education choices. *Journal of Education and Work*, 30(1), 106-121.

Thune, T., & Støren, L. A. (2015). Study and labour market effects of graduate students' interaction with work organisations during education: A cohort study. *Education+ Training*, 57(7), 702-722.

Lista de sites consultados:

INFO: FSE (2009), *Jovens e mercado de trabalho*. Disponível em: <http://www.igfse.pt/upload/docs/Publicacoes/Info27.pdf> . Acedido em 12-11-2017.

Anexos

Anexo 1 – Inquérito

IDUP - Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da U.Porto

Folha de Rosto



O presente Inquérito destina-se a obter informação sobre o percurso dos diplomados da UP.

A informação é estritamente confidencial e serve apenas para fins estatísticos. Os dados pessoais/académicos abaixo e as respostas a este inquérito serão fornecidos ao Observatório do Emprego da U. Porto.

O Inquérito inclui, para além desta FOLHA DE ROSTO, cinco componentes correspondentes às situações possíveis do diplomado: A TRABALHAR, EM ESTÁGIO, DESEMPREGADO, BOLSEIRO DE INVESTIGAÇÃO, A ESTUDAR.

De entre essas componentes selecione e preencha apenas as que se aplicam à sua situação atual. Por situação atual deve entender a sua situação no período de referência deste Inquérito que é o mês de setembro de 2016. No caso de ter alterado a sua situação ao longo do mês de setembro de 2016 (e.g. passagem de desempregado a empregado) deverá responder de acordo com a sua situação em 30 de setembro de 2016.

Deverá preencher todas as componentes que se aplicam à sua situação (e.g. se esteve a trabalhar e a estudar deverá preencher o tópico A TRABALHAR e o tópico A ESTUDAR).

Dados pessoais/académicos

Nome: Nome do aluno

Sexo: M

Data de Nascimento: YYYY-MM-DD

Percurso Académico na Universidade do Porto

Curso	Tipo	Unidade orgânica	Ano de início	Ano de conclusão	Média
Licenciatura em AAAAA	L	FCUP	YYYY	YYYY	15
Mestrado em BBBBB	M	FEUP	YYYY	YYYY	15

Componentes

Indique quais os componentes que se aplicam à sua situação.

Folha de rosto: ☒

A trabalhar: ☒

Em estágio: ☒

Desempregado: ☒

Bolseiro: ☒

A estudar: ☒

IDUP - Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da U.Porto

A Trabalhar



Nas suas respostas considere a situação depois de terminar o último dos cursos que concluiu na UP.

Não se esqueça que o período de referência deste Inquérito é o mês de setembro de 2016. Portanto a sua situação atual deve ser entendida como a sua situação em setembro de 2016. No caso de ter alterado a sua situação ao longo do mês de setembro de 2016 (e.g. passagem de desempregado a empregado) deverá responder de acordo com a sua situação em 30 de setembro de 2016.

Quanto tempo decorreu desde que terminou o seu curso até começar a trabalhar?

Meses:

Quantos empregos já teve, para além do atual?

Número de empregos:

Duração, em meses, do emprego 1:

Duração, em meses, do emprego 2:

Duração, em meses, do emprego 3:

Duração, em meses, do emprego 4:

Duração, em meses, do emprego 5:

Se já teve um emprego antes do atual, por que razão/razões terminou o vínculo laboral?

Remuneração inadequada/insuficiente: ☐

Trabalho não regular/sazonal/eventual/pontual: ☐

Trabalho de duração limitada
(e.g. estágio profissional, contrato a termo certo): ☐

Horários incompatíveis com outras atividades
(formação, desporto, família, etc.): ☐

Mudança de residência: ☐

Criação do próprio emprego: ☐

Despedimento/encerramento da empresa: ☐

Rescisão por mútuo acordo: ☐

Outra: ☐ Qual?

Para encontrar o seu primeiro emprego

Inscreveu-se no Centro de Emprego: ☐

Procurou emprego de forma autónoma
(e.g. envio de cv para empresas, contactos diretos com empregadores): ☐

Respondeu a anúncios (jornal, internet): ☐

Recorreu a empresas de recrutamento nacionais e/ou internacionais: ☐

Participou em feiras de emprego: ☐

Recorreu ao Gabinete de Emprego da Universidade do Porto ou da sua Faculdade: ☐

Criou o seu próprio emprego: ☐

Usou um programa de incentivo/financiamento do IEFP (Instituto do Emprego e da Formação Profissional): ☐

Outra: ☐ Qual?

Quais os aspetos que considera que mais influenciaram o acesso ao seu emprego atual?

Média de curso: ☐

Formação académica complementar (e.g. mestrado ou doutoramento): ☐

Participação em programas de mobilidade: ☐

Atividades extracurriculares transversais (e.g. voluntariado, desporto, cultura): ☐

Capacidade de expressão em língua(s) estrangeira(s): ☐

Experiência profissional anterior: ☐

Capacidade para criar o seu próprio emprego/empresa: ☐

Disponibilidade para aceitar empregos fora da sua área de formação académica: ☐

Disponibilidade para trabalhar no estrangeiro: ☐

Outra: ☐ Qual?

O seu emprego atual corresponde à sua área de formação na UP?

Sim: ☐

Não: ☐

O seu primeiro emprego correspondia à sua área de formação na UP?

Sim: ☐

Não: ☐

Qual o tipo de entidade em que trabalha?

Empresa privada: ☐

Empresa pública: ☐

Setor Cooperativo: ☐

Administração Pública Central e Periférica do Estado (Ministérios e respetivos serviços): ☐

Administração Pública Local (Municípios e Freguesias): ☐

Instituição Particular de Utilidade Pública ☐
(e.g. IPSS, Fundação):

Instituto Público (I.P.): ☐

Outra: ☐ Qual?

Qual a situação a que corresponde o seu emprego atual?

Contrato de trabalho sem termo: ☐

Contrato de trabalho com termo(a prazo): ☐

Contrato de prestação de serviços/ recibos verdes: ☐

Trabalho por conta própria: ☐

Outra: ☐ Qual?

Onde trabalha?

Portugal: ☐ Em que concelho?

Estrangeiro: ☐ Em que país?

No seu emprego atual quantas horas trabalha por semana?

Horas:

Qual a sua remuneração média mensal (líquida)?

Igual ou inferior a 515€: ☐

de 516€ a 800€: ☐

de 801€ a 1000€: ☐

de 1001€ a 1400€: ☐

de 1401 a 1700€: ☐

de 1701 a 2000 €: ☐

Superior a 2000 €: ☐

No caso de auferir remunerações indiretas assinala a(s) que recebe

Prémios/bónus: ☐

Subsídio de deslocação: ☐

Subsídio de refeição: ☐

Carro da empresa: ☐

Outra: ☐ Qual?

Quais as competências que acrescentaria à sua formação para torná-la mais adequada ao exercício da atividade profissional que atualmente desempenha?

Nenhuma: ☐

Capacidade de expressão em língua(s) estrangeira(s): ☐

Capacidade de comunicação com públicos diferenciados: ☐

Competências de trabalho em equipa: ☐

Competências de coordenação de equipas de trabalho: ☐

Outra: ☐ Qual?

IDUP - Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da U.Porto

Em Estágio



Nas suas respostas considere a situação depois de terminar o último dos cursos que concluiu na UP.

Não se esqueça que o período de referência deste Inquérito é o mês de setembro de 2016. Portanto a sua situação atual deve ser entendida como a sua situação em setembro de 2016. No caso de ter alterado a sua situação ao longo do mês de setembro de 2016 (e.g. passagem de desempregado a empregado) deverá responder de acordo com a sua situação em 30 de setembro de 2016.

Qual o tipo de entidade onde está a fazer o estágio?

Empresa privada: ☐

Empresa pública: ☐

Setor Cooperativo: ☐

Administração Pública Central e Periférica do Estado
(Ministérios e respetivos serviços): ☐

Administração Pública Local
(Municípios e Freguesias): ☐

Instituição Particular de Utilidade Pública
(e.g. IPSS, Fundação): ☐

Instituto Público (I.P.): ☐

Outra: ☐ Qual?

O estágio é obrigatório para o exercício de uma atividade profissional?

Sim: ☐ Qual?

Não: ☐

Qual a duração do estágio?

Meses:

O estágio é remunerado?

Sim: ☐ Valor líquido da remuneração, em euros:

Não: ☐

Qual é a entidade financiadora do estágio?

IEFP (Instituto de Emprego e da Formação Profissional): ☐

Outra: ☐ Qual?

Qual o valor (líquido) da remuneração mensal do estágio?

Igual ou inferior a 515€: ☐

- de 516€ a 800€: ☐
- de 801€ a 1000€: ☐
- de 1001€ a 1400€: ☐
- de 1401 a 1700€: ☐
- de 1701 a 2000 €: ☐
- Superior a 2000 €: ☐

Quais as competências que acrescentaria à sua formação para um melhor exercício da sua atividade de estágio?

- Nenhuma: ☐
- Capacidade de expressão em língua(s) estrangeira(s): ☐
- Capacidade de comunicação com públicos diferenciados: ☐
- Competências de trabalho em equipa: ☐
- Competências de coordenação de equipas de trabalho: ☐
- Outra: ☐ Qual?

IDUP - Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da U.Porto

Desempregado



Nas suas respostas considere a situação depois de terminar o último dos cursos que concluiu na UP.

Não se esqueça que o período de referência deste Inquérito é o mês de setembro de 2016. Portanto a sua situação atual deve ser entendida como a sua situação em setembro de 2016. No caso de ter alterado a sua situação ao longo do mês de setembro de 2016 (e.g. passagem de desempregado a empregado) deverá responder de acordo com a sua situação em 30 de setembro de 2016.

Que tipo de diligências fez para encontrar emprego?

Inscreveu-se no Centro de Emprego: ☐

Procurou emprego de forma autónoma
(e.g. envio de cv para empresas, contactos diretos com empregadores): ☐

Respondeu a anúncios (jornal, internet): ☐

Recorreu a empresas de recrutamento nacionais e/ou internacionais: ☐

Participou em feiras de emprego: ☐

Recorreu ao Gabinete de Emprego da Universidade do Porto ou da sua Faculdade: ☐

Tentou criar o seu próprio emprego: ☐

Outra: ☐ Qual?

Se encontrou empregos potenciais mas acabou por não ficar colocado, acha que isso se deveu a:

Média de curso demasiado baixa: ☐

Falta de formação académica complementar
(e.g. mestrado ou doutoramento): ☐

Nunca ter participado em programas de mobilidade: ☐

Deficiências curriculares ligadas a atividades extracurriculares transversais
(e.g. voluntariado, desporto, cultura): ☐

Dificuldade de expressão em língua(s) estrangeira(s): ☐

Falta de experiência profissional: ☐

Dificuldades em criar o seu próprio emprego/empresa: ☐

Indisponibilidade para aceitar empregos fora da sua área de formação académica: ☐

Indisponibilidade para trabalhar no estrangeiro: ☐

Outra: ☐ Qual?

Quantos empregos já teve depois de terminar o último curso que concluiu na UP?

Número de empregos:

Duração, em meses, do emprego 1:

Duração, em meses, do emprego 2:

Duração, em meses, do emprego 3:

Duração, em meses, do emprego 4:

Duração, em meses, do emprego 5:

Se já esteve empregado qual a razão/razões para o termo do(s) emprego(s) anterior(es)?

Remuneração inadequada/insuficiente: ☐

Trabalho não regular/sazonal/eventual/pontual: ☐

Trabalho de duração limitada
(e.g. estágio profissional, contrato a termo certo): ☐

Horários incompatíveis com outras atividades
(formação, desporto, família, etc.): ☐

Mudança de residência: ☐

Criação do próprio emprego: ☐

Despedimento/encerramento da empresa: ☐

Rescisão por mútuo acordo: ☐

Outra: ☐ Qual?

IDUP - Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da U.Porto

Bolseiro de Investigação



Nas suas respostas considere a situação depois de terminar o último dos cursos que concluiu na UP.

Não se esqueça que o período de referência deste Inquérito é o mês de setembro de 2016. Portanto a sua situação atual deve ser entendida como a sua situação em setembro de 2016. No caso de ter alterado a sua situação ao longo do mês de setembro de 2016 (e.g. passagem de desempregado a empregado) deverá responder de acordo com a sua situação em 30 de setembro de 2016.

Qual o âmbito da sua bolsa?

- Mestrado: ☐
- Doutoramento: ☐
- Pós-doutoramento: ☐
- Contrato de investigação
(investigador): ☐

Atividade de Bolseiro

Denominação da instituição onde exerce a atividade:

Programa ou instituição que financia a bolsa:

Onde está a realizar o seu trabalho de investigação?

- Portugal: ☐ Em que concelho?
- Estrangeiro: ☐ Em que país?

Qual o valor mensal da sua bolsa (líquido)?

- Igual ou inferior a 515€: ☐
- de 516€ a 800€: ☐
- de 801€ a 1000€: ☐
- de 1001€ a 1400€: ☐
- de 1401 a 1700€: ☐
- de 1701 a 2000 €: ☐
- Superior a 2000 €: ☐

Quais as competências que acrescentaria à sua formação para um melhor exercício da sua atividade de investigação?

- Nenhuma: ☐
- Capacidade de expressão em língua(s) estrangeira(s): ☐
- Capacidade de comunicação com públicos diferenciados: ☐

Competências de trabalho em equipa: ☐

Competências de coordenação de equipas de trabalho: ☐

Outra: ☐ Qual?

IDUP - Inquérito a Diplomados do Observatório de Emprego da U.Porto

A Estudar



Nas suas respostas considere a situação depois de terminar o último dos cursos que concluiu na UP.

Não se esqueça que o período de referência deste Inquérito é o mês de setembro de 2016. Portanto a sua situação atual deve ser entendida como a sua situação em setembro de 2016. No caso de ter alterado a sua situação ao longo do mês de setembro de 2016 (e.g. passagem de desempregado a empregado) deverá responder de acordo com a sua situação em 30 de setembro de 2016.

Nível/Tipo de formação

- Licenciatura: ☐
- Mestrado: ☐
- Pós-graduação: ☐
- MBA: ☐
- Doutoramento: ☐
- Pós-doutoramento: ☐
- Curso Profissional: ☐

Curso

Denominação do Curso:

Denominação do estabelecimento de ensino/formação:

Duração do curso (em meses):

Data de início do curso:

No caso de frequentar um curso pós-graduado (e.g. Mestrado, pós-graduação, MBA, Doutoramento), ele é requisito de acesso ao exercício de uma atividade profissional?

Sim: ☐ Qual?

Não: ☐

Tem a expectativa de obter emprego na área do curso que está atualmente a frequentar?

Sim: ☐

Não: ☐

Anexo 2 – Siglas das unidades curriculares

FADEUP	Faculdade de Desporto
FAUP	Faculdade de Arquitetura
FBAUP	Faculdade de Belas-Artes
FCNAUP	Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação
FCUP	Faculdade de Ciências
FDUP	Faculdade de Direito
FEP	Faculdade de Economia
FEUP	Faculdade de Engenharia
FFUP	Faculdade de Farmácia
FLUP	Faculdade de Letras
FMDUP	Faculdade de Medicina Dentária
FMUP	Faculdade de Medicina
FPCEUP	Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação
ICBAS	Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Anexo 3 – Critérios do INE para classificar um indivíduo de acordo com a sua situação face ao mercado de trabalho

		Conceito	Informação adicional
<u>Ativo</u>	Empregado	<p>Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; • tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço; • tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; • estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar. 	<p>[...] os estagiários só são considerados empregados caso sejam remunerados pelo trabalho que efetuam (excluindo o pagamento das despesas de alimentação ou de transporte). Os aprendizes ou estagiários não remunerados (por ex.: estágios de fim de curso em escritórios de advocacia, hospitais, empresas), ainda que produzam bens ou serviços, não são considerados como tal.</p> <p>[...] Considerando que os bolseiros de investigação recebem subsídios, de entidades públicas ou privadas, destinados a financiar a realização, pelo próprio, de atividades de natureza científica, tecnológica e formativa, entende-se para efeitos do IE que recebem uma remuneração pelo trabalho, sendo deste modo classificados como empregados.</p>

			Atenção: as bolsas de investigação não devem ser confundidas com as bolsas de estudos ou de ação social.
	Desempregado	<p>Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; • tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); • estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não. 	
<u>Inativo</u>	Indivíduo que, independentemente da sua idade, no período de referência não podia ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado nem desempregado.		

Fonte: INE, Metainformação

FACULDADE DE ECONOMIA

